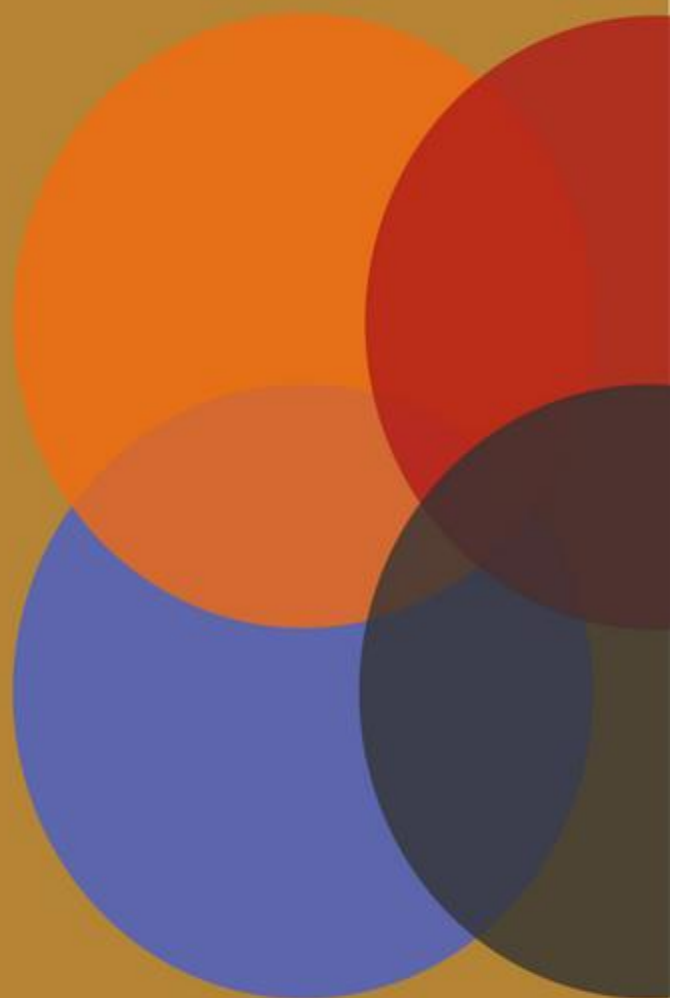


I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais Cultura e Democracia



Caderno de Resumos

06 a 08 de Junho de 2018

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória - ES



I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZAÇÃO GERAL:

Dr. Maro Lara Martins (UFES)

Dr. Igor Suzano Machado (UFES)

Dr. Marcelo Fetz (UFES)

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Dr. Maro Lara Martins (UFES)

Dr. Marcelo Fetz (UFES)

Dr. Igor Suzano Machado (UFES)

Dr. Davidson Diniz (USP)

Ms. Juliano Almeida (CEFET-MG)

Ms. Nara Mascarenhas (UFRRJ/IJSN)

Ms. Mauro Petersem Domingues (UFES)

Ms. Adriano Monteiro (UFES)

REALIZAÇÃO:

Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



PROGRAMAÇÃO GERAL

AUDITÓRIO DO IC-2

	06/06/2018	07/06/2018	08/06/2018
13:00 – 15:00	Mesa Redonda: <i>Modernismo(s) e Modernidade(s)</i>	Mesa Redonda: <i>Clássicos da Sociologia Brasileira</i>	Mesa Redonda: <i>Linhagens conservadoras da interpretação do Brasil</i>
15:00 – 15:30	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15:30 – 17:30	Mesa Redonda: <i>Teoria Social, Cultura e Sociedade</i>	Mesa Redonda: <i>Teoria Crítica e Marxismo</i>	Mesa Redonda: <i>Estéticas, Subalternidades e Cultura Popular</i>
18:30	Conferência de Abertura	<i>Repensando o Pensamento Social Brasileiro: fronteiras e crítica</i>	Conferência de Encerramento

ANFITEATRO CCHN – PRÉDIO ANEXO (ELEFANTE BRANCO)

	06/06/2018	07/06/2018
13:00-15:00	Mesa Redonda: <i>Clássicos do Século XIX Brasileiro</i>	Mesa Redonda: <i>Esfera Pública, Direito e Democracia I</i>
15:00 – 15:30	Intervalo	Intervalo
15:30 – 17:30	Mesa Redonda: <i>Educação e mercado: trajetórias e ativismo</i>	Mesa Redonda: <i>Esfera Pública, Direito e Democracia II</i>

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



AUDITÓRIO DO IC-2

06/06/2018

13:00 – 15:00 Modernismo(s) e Modernidade(s)

Hugo Ricardo Merlo (UFES)
Renata Santos Rente (USP)
Ana Carolina Machado Arêdes (UFES)
Matheus Pimenta da Silva (UFMG)
Mauro Domingues (UFES)

15:30 – 17:30 Teoria Social, Cultura e Sociedade

Maria Caroline Tresoldi (Unicamp)
Eduardo Ferraz Felipe (UERJ)
Lucas Paolillo (Unesp) e Anderson Piva (Unesp)
Hilton Wzorek (UFMG)
Hilton Costa (UEM)

18:30 Conferência de Abertura

Maria Alice Rezende de Carvalho (Puc-Rio)
Maro Lara Martins (UFES)

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



AUDITÓRIO DO IC-2

07/06/2018

13:00 – 15:00 Clássicos da Sociologia Brasileira

Lucia Lodo (UEL)
Diego Alves (IFES)
Marclin Felix Moreira (UFES)
Karim Helayel (UFRJ)
Nara Mascarenhas (UFRRJ/IJSN)

15:30 – 17:30 Teoria Crítica e Marxismo

Maurício Hashizume (Universidade de Coimbra)
Pollyanna Paganoto Moura (UFRGS)
Guilherme Cogo (UFES)
Leonardo César de Albuquerque (CPDA/UFRRJ)
Ricardo Miranda (UFES)

18:30 – 21:00 Repensando o Pensamento Social Brasileiro: fronteiras e crítica.

Adélia Miglievich Ribeiro (UFES)
Davidson Diniz (USP)
Thiago Lenine Tolentino (UFS)

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



AUDITÓRIO DO IC-2

08/06/2018

13:00-15:00 Linhagens conservadoras da interpretação do Brasil

Gabriela Loureiro Barcelos (UFES)

Allysson Oliveira (UFV)

Ricardo dos Santos Batista (USP)

Alessandro Silva (IFF)

Luiz Filipe Araújo (UFV)

15:30-17:30 Estéticas, Subalternidades e Cultura Popular

Marcus Vinicius Santana Silva (UFES)

Juliano Nogueira de Almeida (CEFET-MG)

Adriano Monteiro (UFES)

Carolyne Lemos (UFES)

Dora Vianna Vasconcellos (CPDA/UFRRJ)

18:30 Conferência de Encerramento

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



ANFITEATRO CCHN – PRÉDIO ANEXO (ELEFANTE BRANCO)

06/06/2018

13:00 – 15:00 Clássicos do Século XIX brasileiro

Sônia Ferreira Jobim Carvalho (Universo)

Rodrigo Machado da Silva (UFOP)

Arthur Ferreira Reis (UFES)

Cleberson de Deus Silva (UFES)

15:30 – 17:30 Educação e mercado: trajetórias e ativismos

Jayme Lopes (Puc-Rio)

Henrique Mendes dos Santos (Universidade Castelo Branco)

Gisele de Arruda (IFES)

Leandro Assis (UFES)

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



ANFITEATRO CCHN – PRÉDIO ANEXO (ELEFANTE BRANCO)

07/06/2018

13:00 – 15:00 Esfera Pública, Direito e Democracia I

Rodrigo Badaró Carvalho (UFMG)

Rhadson Rezende Monteiro (UFES) e Cristina Ferreira Assis (UFES)

Pablo Ornelas Rosa (UVV)

Luciana Silvestre Girelli (UFES)

Bruno Gadelha Xavier (UFES/UFRJ/FDV) e Priscila Pinheiro (FDV)

15:30 – 17:30 Esfera Pública, Direito e Democracia II

Milena Dalla Bernardina (UVA)

Priscila Tinelli Pinheiro (FDV) e Bruno Xavier (UFES/UFRJ/FDV)

Lívia Salvador Cani (UFF/Universidade Castelo Branco)

Carlos Modanês Santos (UVV)

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



PROGRAMAÇÃO COMPLETA

Quarta-feira, 06 de junho de 2018

13:00 – 15:00 Auditório do IC-2

Modernismo(s) e Modernidade(s)

Hugo Ricardo Merlo (UFES) - *O excesso como elemento constituinte da brasilidade no Retrato do Brasil (1928), de Paulo Prado*

Renata Santos Rente (USP) - *A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro*

Ana Carolina Machado Arêdes (UFES) - *Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945)*

Matheus Pimenta da Silva (UFMG) - *Os discursos da Academia de Letras como (re)invenção de uma tradição política na Primeira República*

Mauro Domingues (UFES) - *A Sociologia na imprensa carioca do início do século XX: o Jornal do Brasil (1900-1919)*

13:00 – 15:00 Anfiteatro CCHN – Prédio Anexo (Elefante Branco)

Clássicos do Século XIX brasileiro

Sônia Ferreira Jobim Carvalho (Universo) - *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social de Agostinho Marques Perdigão Malheiros e seu impacto na elaboração da Lei do Ventre Livre*

Rodrigo Machado da Silva (UFOP) - *A cadeira vazia do Imperador: modulação do tempo nacional e produção de distância histórica nas reconfigurações do passado brasileiro (1870-1900)*

Arthur Ferreira Reis (UFES) - *A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826)*

Cleberson de Deus Silva (UFES) - *Abolicionismo permanente na obra de Joaquim Nabuco: um diálogo a partir das políticas afirmativas para população negra*



I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



15:30 – 17:30 Auditório do IC-2

Teoria Social, Cultura e Sociedade

Maria Caroline Tresoldi (Unicamp) – *Desprovincializando o Brasil: a atualidade de Roberto Schwarz*

Eduardo Ferraz Felipe (UERJ) – *Anacronismo em dois tempos, 1964 e 2016*

Lucas Paolillo (Unesp) e Anderson Piva (Unesp) - *Sérgio Milliet e o marxismo: correspondências e contradições.*

Hilton Wzorek (UFMG) – *Cultura e Sociedade*

Hilton Costa (UEM) – *Não sejas o que lhe desejam que sejam*

15:30 – 17:30 Anfiteatro do CCHN – Prédio Anexo (Elefante Branco)

Educação e mercado: trajetórias e ativismos

Jayme Lopes (Puc-Rio) - *Energia elétrica e os rearranjos do capitalismo no Brasil: entre crises, contextos históricos de longa duração e instituições estaduais*

Henrique Mendes dos Santos (Universidade Castelo Branco) – *O ovo da serpente chocou? Apontamentos para atuação docente em tempos de ofensiva conservadora*

Gisele de Arruda (IFES). *Caminhos e perspectivas para uma Educação Profissional inclusiva e emancipatória para os adolescentes infratores do IASES*

Leandro Assis (UFES) - *Trajetória de carreira e heteronormatividade: como jovens gays percebem a existência de padrões na construção de suas carreiras?*

18:30 – Auditório do IC-2

Conferência de Abertura

Maria Alice Rezende de Carvalho

Maro Lara Martins

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



Quinta-feira, 07 de junho de 2018

13:00 – 15:00 Auditório do IC-2

Clássicos da Sociologia Brasileira

Lucia Lodo (UEL) - *“Mudar para ficar igual”*: as duas destruições de Canudos a luz das reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz

Diego Alves (IFES) - *Crônica e produção de presença em Maria Isaura P. de Queiroz e Roberto DaMatta*

Marclin Felix Moreira (UFES) - *Visões da Modernidade no Brasil em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.*

Karim Helayel (UFRJ) - *Uma sociologia histórico-comparada em formação: os primeiros passos de Fernando Henrique Cardoso*

Nara Mascarenhas (IJSN/UFRRJ) *Desafios da participação rural no Brasil: revisitando a ideia de cultura política no pensamento social brasileiro*

13:00 – 15:00 Anfiteatro CCHN – Prédio Anexo (Elefante Branco)

Esfera Pública, Direito e Democracia I

Rodrigo Badaró Carvalho (UFMG) - *A Esfera Pública no Pensamento Social Brasileiro*

Rhadson Rezende Monteiro (UFES) e Cristina Ferreira Assis (UFES) - *Democracia, esfera pública e as redes sociais no Brasil: da racionalidade comunicativa ao discurso de ódio*

Pablo Ornelas Rosa (UVV) – *Uma cibercartografia políticas das direitas no Brasil contemporâneo. A importância do pensamento de Olavo de Carvalho*

Luciana Silvestre Girelli (UFES) - *Mídia e clima político: estudo de caso sobre os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff*

Bruno Gadelha Xavier (UFES/UFRJ/FDV) e Priscila Tinelli Pinheiro (FDV)- *Cotidianos do ódio: a relação entre direito e moral em Eugeny Bronislanovich Pashukanis e Florestan Fernandes – percepção política dos sujeitos das trocas econômicas e a questão punitiva*

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



15:30 – 17:30 Auditório do IC-2

Teoria Crítica e Marxismo

Maurício Hashizume (Universidade de Coimbra) - *Do 'sentido da colonização' ao 'sentido do colonialismo': uma chave analítica descolonial do capitalismo periférico no Brasil*

Pollyanna Paganoto Moura (UFRGS) - *Colonialismo e dependência: a perspectiva do subdesenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado e Caio Prado Jr*

Guilherme Cogo (UFES) - *Vânia Bambirra: uma "intelectual pública" na periferia*

Leonardo César de Albuquerque (CPDA/UFRRJ) – *As etapas em debate: a noção de etapas históricas lato e strito senso no pensamento revolucionário de Alberto Passos Guimarães (1958-1964)*

Ricardo Miranda (UFES) - *A voz de Marx na cabeça de Florestan Fernandes*

15:30 – 17:30 Anfiteatro CCHN – Prédio Anexo (Elefante Branco)

Esfera Pública, Direito e Democracia II

Milena Dalla Bernardina (UVA) – *A origem do judicialismo brasileiro*

Priscila Tinelli Pinheiro (FDV) e Bruno Gadelha Xavier (UFES/UFRRJ/FDV) - *A linguagem do cidadão e a linguagem da Constituição: problemas na definição do termo*

Lívia Salvador Cani (UFF/Universidade Castelo Branco) - *A atuação da instituição jurídica Ministério Público como defensor dos interesses coletivos da população do Município de Colatina-es frente ao caso Rio Doce: uma análise sócio-jurídica*

Carlos Modanês Santos (UVV) - *Denúncia de Trabalho Infantil e a Ineficiência Procedimental do Conselho Tutelar da Região III do Município de Cariacica/ES na sua Eliminação*

18:30 Auditório do IC-2

Repensando o pensamento social brasileiro: fronteiras e crítica.

Adélia Miglievich Ribeiro (UFES)

Thiago Tito Lenine Tolentino (UFS)

Davidson Diniz (USP)

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



Sexta-feira, 08 de junho de 2018

13:00-15:30 Auditório do IC-2

Linhagens Conservadoras da Interpretação do Brasil

Gabriela Loureiro Barcelos (UFES) - *O campo intelectual autoritário brasileiro e a defesa de uma “democracia autoritária” para o desenvolvimento nacional (1937-1945)*

Allysson Oliveira (UFV) - *Sociedade, Estado e Direito em Oliveira Vianna*

Ricardo dos Santos Batista (USP) – *Racismo e História: considerações sobre o projeto nacional de Oliveira Vianna em Populações Meridionais do Brasil*

Alessandro Silva (IFF). *Nas Fronteiras do Catolicismo: Octávio de Faria e as variedades do pensamento católico brasileiro*

Luiz Filipe Araújo (UFV) - *Democracia e Estado de Direito no pensamento social de Miguel Reale*

15:30-17:30 Auditório do IC-2

Estéticas, Subalternidades e Cultura Popular

Marcus Vinicius Santana Silva (UFES) – *Samba, território e identidade. O sentimento de pertencimento dos sambistas da Unidos de Jucutuquara*

Juliano Nogueira de Almeida (CEFET-MG) - *Chiclete com banana: carnavalização, intercâmbio cultural, democracia racial e afetividades entre Brasil e Estados Unidos da América*

Adriano Monteiro (UFES) - *Imagens e Estéticas Raciais: a contribuição do pensamento de Guerreiro Ramos para o Cinema Negro brasileiro*

Carolyne Lemos (UFES) – *Violência contra o negro: democracia racial x racismo velado*

Dora Vianna Vasconcellos (CPDA/UFRRJ) - *A consciência das classes subalternas nos estudos pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos*

18:30 Auditório do IC-2

Conferência de Encerramento

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



RESUMOS

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



ALBUQUERQUE, Leonardo César de. As Etapas em Debate: a noção de etapas históricas *latu e stricto senso* no pensamento revolucionário de Alberto Passos Guimarães (1958 – 1964)

Alberto Passos Guimarães teve grande relevância no pensamento social brasileiro por sua leitura de um caráter feudal e colonial da agricultura e da economia em nosso país, de larga influência em sua época. Contestada essa tese posteriormente, o conjunto das suas reflexões acabou por ser relegado ao esquecimento. Porém, seu pensamento vai além desse ponto, possuindo questões relevantes sobre o Estado Brasileiro e referente a formulação de uma política progressista de mudanças estruturais da sociedade brasileira. O estudo de suas ideias ajuda a esclarecer o quadro político e cultural da época, precisar seu papel histórico nesse cenário, além de dar pistas para se compreender o desenvolvimento da crise do pensamento estratégico da esquerda posterior aos XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS. Alberto Passos atuou no interior do Partido Comunista Brasileiro – PCB e teve destaque em momento importante na virada política que seu partido fez em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Sua contribuição vai da redação da *Declaração de Março* de 1958, onde se sintetiza a proposta de “nova política” dos comunistas brasileiros, às suas intervenções no V Congresso do PCB em 1960, e à elaboração de dois livros político-analíticos de caráter publicístico: o “Inflação e Monopólio no Brasil” (1963) e o “Quatro Séculos de Latifúndio” (1964), seu texto mais conhecido e analisado. O presente trabalho visa reconstruir o cenário de intervenção política do autor, os debates em que se insere no seio da intelectualidade de esquerda brasileira, como recuperar suas principais ideias, categorias e conceitos, formulados para a disputa de um projeto progressista no período pré-golpe de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Alberto Passos Guimarães, PCB, Teoria Social, Marxismo, Estado

ALMEIDA, Juliano. Chiclete com banana: carnavalização, intercâmbio cultural, democracia racial e afetividades entre Brasil e Estados Unidos da América.

O objetivo principal do trabalho é analisar as relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos da América a partir de imagens associadas à carnavalização. Os Estados Unidos, em um suposto gesto amigável, foi o primeiro país a reconhecer a emancipação política do Brasil, em 1924, época de elaboração da “Doutrina Monroe”, fundamentada pela ideia da “América para os americanos”. Apesar dessa antiga manifestação de aparente boa vizinhança, foi somente no final da primeira metade do século XX que o Brasil estabeleceu de fato um contato mais próximo, capaz de modificar as relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países.

A denominada “Política da Boa Vizinhança” atuou como uma importante manifestação da diplomacia cultural entre os respectivos países. Pode-se dizer que a referida política, de certo modo, significava uma nova roupagem das práticas imperialistas, apesar da anuência dos órgãos oficiais do Estado brasileiro. Dentro desse quadro de vizinhança que se consolidou pautado em afetos e manifestações das mais diversas destaca-se o uso do

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



carnaval e da carnavalização como estratégia estereotipada de divulgação oficial da cultura brasileira.

Como pretendo demonstrar, a estratégia em questão também conviveu com outras relações e táticas políticas que ressignificavam o intercâmbio cultural entre os dois países. Diversos atores sociais, tanto brasileiros como estadunidenses – especialmente artistas, intelectuais e produtores culturais – desenvolveram uma espécie de “diplomacia menor” que foi fundamental para a revisão de certas práticas preconceituosas. Destarte, nesse cenário de aproximação entre os respectivos países, o carnaval e a carnavalização também podiam ser entendidos como imagens que escapavam de uma política formal. Eles se tornavam visíveis nas relações informais e afetivas do intercâmbio cultural entre brasileiros e estadunidenses, atuando como elementos fundamentais dessa “diplomacia menor” entre estrangeiros e nativos. Logo, as políticas de vizinhança que interessam ao estudo que se apresenta referem-se, sobretudo, às práticas que não se restringem ao âmbito da política oficial dos países. No mais, e não menos importantes, também serão considerados os debates acerca das noções de democracia racial e de *color line* que estiveram associadas ao intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos.

Para se pensar os usos da carnavalização nesse cenário de relações internacionais intensas serão analisadas algumas produções artísticas do período em questão, sobretudo, canções. Além disso, serão utilizados textos teóricos que darão subsídios para uma melhor compreensão e contextualização do presente estudo, tal como ensaios de autoria de Antônio Pedro Tota, Nicolau Sevcenko, Ana Maria Mauad, Robert Stain e Lucia Lippi Oliveira, autores que tratam de modo profícuo acerca do intercâmbio cultural e artístico entre Brasil e Estados Unidos durante o século passado.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia; democracia; carnavalização; intercâmbio cultural; negrismo.

ALVES, Diego. Crônica e produção de presença em Maria Isaura P. de Queiroz e Roberto DaMatta.

Esta comunicação divulga um fragmento da discussão realizada, no doutorado, sobre a crônica carnavalesca e o pensamento social, em 2012. Ao mesmo tempo em que presta uma modesta homenagem a dois clássicos do pensamento social brasileiro, a proposta é refazer o caminho de análise, trilhado na ocasião, sobre o tratamento que Maria Isaura P. de Queiroz e Roberto DaMatta deram ao gênero crônica em suas pesquisas e ensaios sobre o carnaval brasileiro. Assim, o texto a ser apresentado no seminário discutirá três pontos mais centrais, organizados nesta sequência de exposição:

(1) A proximidade – linguística e narrativa – do universo da crônica carnavalesca com o ideário modernista. Além de explicitar tal afinidade, pretende-se fazer uma observação sobre o poder de interpelação dessa matéria literária na produção acadêmica.

(2) O sentido teórico de uma discreta controvérsia, encenada por Queiroz e DaMatta, sobre as possibilidades de abordagem ritual da festa, ou melhor, sobre as funções e os significados do rito no Brasil. Os textos apontam a existência de relações

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



bastante complexas entre a rotina e o carnaval, de modo que forjam interpretações antípodas sobre quem somos nós, brasileiros.

(3) A produção de presença a partir da ação de registro do carnaval. Esse aspecto, nas obras de Queiroz e de DaMatta, pode ser observado nas passagens confessionais. É quando as crônicas apresentam um sabor especial, diferenciando-se de outras fontes e experiências. Na qualidade de objetos tangíveis e não apreensíveis por uma única relação de sentido, diria Gumbrecht, as crônicas parecem corroborar a emergência de uma experiência não conceitual – lembranças, afetos, presenças – nas narrativas desses clássicos estudos sobre o carnaval brasileiro, não sem dividir espaço com diferentes entendimentos sobre o que a sociedade brasileira é.

Por fim, espero compartilhar intenções de pesquisa que, talvez, possam ser desenvolvidas em diálogo com a área de pensamento social brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica. Presença. Carnaval. Sociologia. Brasil.

ARAÚJO, Luiz Filipe - Democracia e Estado de Direito no pensamento social de Miguel Reale

As diversas tradições do pensamento brasileiro transitam entre originalidade ou continuidade; fenômeno que se repete nas reflexões filosóficas, jurídicas, políticas ou sociais. Trata-se de movimento pendular entre a originalidade em relação à nossa realidade periférica ou continuidade de tradições recepcionadas pela intelectualidade brasileira. Miguel Reale (1910-2006) se coloca no meio termo dessa difícil equação ao refletir sobre os elementos sócio-culturais que constituem a tradição. O Culturalismo, desde a Escola de Recife com Tobias Barreto a Gilberto Freyre, esforçou-se constantemente pela construção de nossa identidade e pela compreensão das diversas leituras da história nacional em suas surgências e ressurgências, como diria o próprio Freyre. Por sua vez, a Filosofia, incluindo obviamente a Filosofia Social, é concebida por Miguel Reale como a autoconsciência de um povo, a síntese e unidade do processo cultural. Inseto na civilização ocidental, porém muitas vezes incerto sobre o próprio caminho, a tradição brasileira para Reale seguiu por linhas oblíquas na recepção do pensamento europeu. Todavia, mais questionável é a alienação que o pensamento brasileiro tem sobre sua pluralidade e riqueza. Fato este que na visão do intelectual paulista fez com que conhecêssemos com profundidade uma escola europeia, mas ignorássemos as discussões em um estado vizinho. Em função dessa problemática, Reale e outros intelectuais fundaram em 1949 o Instituto Brasileiro de Filosofia com o fito de ampliar a consciência das contribuições do pensamento pátrio. Por outro lado, além de estar atento a esta problemática, Miguel Reale esteve ativo e vivenciou todas as grandes transformações sócio-políticas do Brasil desde a Revolução Constitucional de 1932, como tenente das forças paulistas, passando pela experiência do paradigma democrático reafirmado em 1988, até o início do primeiro governo Lula. Assim, foi um dos espectadores da história viva do Brasil. Sua obra é reconhecida no panorama do direito nacional, mas suas reflexões sobre a política e a experiência social brasileira são praticamente desconhecidas até para os círculos jurídicos. Deste modo, a proposta do

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



presente trabalho é explorar alguns elementos do pensamento social de Miguel Reale, especialmente sobre o papel da Democracia e do Estado de Direito na segunda metade do século XX, perpassando as críticas e restrições ao regime militar, bem como a prudência e a moderação em relação à própria constituição de 1988, demonstrando, assim, em que medida o seu pensamento ainda se impõe enquanto atual para as reflexões de nossa realidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Miguel Reale, Brasil, Culturalismo, Democracia, Estado de Direito

ARÊDES, Ana Carolina Machado. Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945)

As cartas trocadas entre Candido Portinari e seu poderoso círculo de interlocutores, formado por importantes nomes da arte, intelectualidade e política da época, constituem ferramenta chave para a compreensão da trajetória artística e, principalmente, da participação do pintor paulista na burocracia estadonovista. Dessa forma, este trabalho procura entender como se deu o entrosamento social de Portinari no concorrido ambiente político e cultural de sua época, por meio da análise de suas correspondências pessoais. Portinari começou a se destacar como pintor na década de 1920, então matriculado na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Após uma premiação em um dos salões da Escola, o artista passou um período na França, estudando pintura. Portinari retornou ao Brasil em 1931, após a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas já havia chegado à Presidência. O período do primeiro governo Vargas destacou-se pela ampla e intensa participação de artistas e intelectuais nos quadros de sua burocracia, em especial, no que se refere ao novo Ministério da Educação e Saúde, comandado pelo intelectual mineiro Gustavo Capanema. Portinari foi um dos artistas que realizou inúmeros trabalhos para a oficialidade estatal, dentre os quais destacam-se os murais e os azulejos da portada do MES. Sendo assim, este trabalho busca entender como era a relação do pintor com o Estado, como Portinari estava inserido no meio cultural da época, por meio da análise das cartas trocadas entre ele e seu círculo de amigos epistolares. Vale ressaltar que as missivas eram usadas por estes artistas e intelectuais como um dos principais meios de intercâmbio de informações e ideias, de troca de favores e pedidos, enfim, como espaço privilegiado de “sociabilidade intelectual”.

PALAVRAS-CHAVE: Correspondências, Arte, Estado Novo, Intelectuais, Portinari.

ARRUDA, Gisele de. Caminhos e perspectivas para uma Educação Profissional inclusiva e emancipatória para os adolescentes infratores do IASES

O trabalho com medidas socioeducativas em especial com adolescentes privados de liberdade, representa um desafio em se tratando de buscar formas para promover a ressocialização destes jovens frente ao ato infracional; o que requer alternativas para

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



proporcionar que os mesmos possam se reposicionar com um novo projeto de vida. O Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) é o responsável pela execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade e tem atuado para buscar formas de promover a ressocialização dos internos. Nesta direção o instituto historicamente focou a profissionalização como alternativa principal para trabalhar estes jovens. A partir da nova proposta de profissionalização construída pelo instituto no ano de 2013, o presente estudo buscou por meio de uma análise documental conhecer como esta oferta profissional pautada num viés crítico pode contribuir para uma possível emancipação e Inclusão Social dos adolescentes infratores. Abordou ainda por meio da revisão bibliográfica a pedagogia do trabalho utilizada no decorrer da história como a única via para evitar o ócio e tratar a delinquência juvenil, bem como o trabalho como princípio educativo que privilegia a formação de seres que pensam e interagem com a realidade refletindo em um cidadão que age modificando o seu contexto a qual está inserido; diferente do trabalho alienante e desumanizador. Foi possível constatar que o documento analisado é crítico ao ser norteado pelo trabalho como princípio educativo para orientar toda prática profissionalizante; indo de encontro ao mero adiestramento para uma suposta “tentativa” de inclusão subordinada no atual mercado excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Adolescente infrator. Pedagogia do trabalho. Trabalho como princípio Educativo. Emancipação.

ASSIS, LEANDRO. Trajetória de carreira e heteronormatividade: como jovens gays percebem a existência de padrões na construção de suas carreiras?

Este artigo tem por objetivo compreender como jovens *gays* percebem a existência de padrões heteronormativos no processo de construção de suas carreiras. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de roteiro semiestruturado com *gays* recém-formados de uma universidade localizada na região sudeste do Espírito Santo. Três entrevistados participaram da pesquisa, que revelou três barreiras e três táticas adotadas por estes profissionais para contrapor os padrões heteronormativos existentes no ambiente acadêmico e corporativo. As barreiras identificadas foram a existência de um padrão homossexual, o preconceito no mundo acadêmico e organizacional e as dificuldades na contratação. Já as táticas adotadas por esses indivíduos para superar as barreiras existentes são a adoção de modelos adaptáveis de carreira, diferenças entre identidade pessoal e profissional, além da busca por empresas que possuem políticas e práticas voltadas para a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade, Gestão, Carreira, Teoria de Construção de Carreira, LGBT, Barreiras

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



BARCELOS, Gabriela Loureiro. O campo intelectual autoritário brasileiro e a defesa de uma “democracia autoritária” para o desenvolvimento nacional (1937-1945)

Este trabalho objetiva formular uma reflexão acerca do crescimento da ideologia autoritária e nacionalista no início do século XX, e como a mesma serviu para a legitimação do projeto político do Estado Novo (1937-1945). Para isso, é necessário trazer em discussão os principais intelectuais autoritários como Francisco Campos e Oliveira Vianna, de forma a relacionar seus projetos de Estado, suas visões de poder e autoridade, com a postura de Getúlio Vargas durante o período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Nacionalismo, Intelectuais Autoritários, Era Vargas, Estado Novo.

BATISTA, Ricardo dos Santos. Racismo e História: Considerações sobre o Projeto Nacional de Oliveira Viana em Populações Meridionais do Brasil

No cerne das preocupações expressas por Oliveira Viana em Populações Meridionais do Brasil estiveram enredados a história, a população e as instituições do país na elaboração de um sofisticado diagnóstico social e político que antes de mais nada deveria servir como expediente dos homens de Estado num projeto governamental. O programa proposto por Oliveira Viana teve base na descrença e na desqualificação da sociedade brasileira como agente da transformação das instituições e da coordenação dos expedientes liberal e republicano instaurados a partir da Abolição de Escravidão e da Proclamação da República. O problema racial tem na desqualificação e na descrença de Viana um papel mais do que fundamental como analisador da história da formação da sociedade brasileira. Seguindo a proposta do curso de Michel Foucault de 1976 no College de France, *Em Defesa da Sociedade*, este trabalho busca explorar a matriz discursiva à qual se filia o diagnóstico social e o programa político de Viana em Populações Meridionais do Brasil passando pelas influências do historiador francês François Guizot e outros e pela psicologia social de Gustave Le Bon. O objetivo é analisar no discurso de Viana a acomodação da questão racial como analisador da história e da sociedade brasileira e os prováveis efeitos em seu programa político, suas propostas para as instituições nacionais e gestão da população no contexto dos impasses do liberalismo no Brasil da Primeira República e do aparecimento de uma série de institutos, instituições e discursos de caracterização e hierarquização sociais como a criminologia e as transformações nos estatutos jurídicos dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social; Oliveira Viana; Raça; Racismo; Liberalismo; República, Racismo de Estado; Positivismo; Governamentalidade; Poder; Poder Disciplinar; História; História Social; Sociedade; Democracia; Escravidão; Cidadania; Instituições; Abolição; Autoritarismo

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



CANI, Livia Salvador. A atuação da instituição jurídica ministério público como defensor dos interesses coletivos da população do município de Colatina-ES frente ao caso Rio Doce: uma análise socio-jurídica.

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG, de responsabilidade da mineradora Samarco S/A, matando 19 pessoas, destruindo vilarejos, atingindo rios do Estado de Minas Gerais e por fim, a grande lama de rejeitos minerais chegou à bacia do Rio Doce, que banha também o Estado do Espírito Santo, atingindo a sua foz em Regência, Linhares – ES.

Laudos iniciais apontam como a causa do rompimento da barragem de Fundão, devido à falta de manutenção, volume excessivo, com falhas visíveis em sua estrutura. Não se pode negar a negligências dos órgãos reguladores e fiscalizadores estatais diante do iminente rompimento e o silêncio destes.

Com o rompimento e a lama de rejeitos arrasando vilas inteiras, resultou nas mortes de 19 pessoas, além da destruição de casas, com mais de 300 famílias desabrigadas e a suspensão da captação e distribuição de água de dezenas de cidades, afetando de maneira diretas centenas de milhares de pessoas. .

Essa grande desastre ambiental, sem precedentes na história do país, trouxe consigo consequências ainda não dimensionadas, no âmbito econômico, ambiental, social e humanitário, conforme traz as diversas ações cíveis e penais que tramitam no judiciário mineiro e capixaba. “Uma função importante dos modelos de desenvolvimento para a pesquisa social é ajudar no diagnóstico das capacidades e fraquezas das instituições e avaliar as potencialidades delas para o reconhecimento de valores” (NONET; SELZNICK, 2010, p. 67)

Esta pesquisa tem por cerne a investigação da atuação da instituição jurídica do Ministério Público, na esfera do Estado do Espírito Santo, bem como o Ministério Público Federal, no maior desastre ambiental da história do Brasil: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG e a chegada da lama de rejeitos oriundos da mineração no Rio Doce. Buscando desta feita, a partir de um olhar sociológico e jurídico de que maneira o Ministério Público atuou na defesa dos interesses coletivos da população do município de Colatina-ES, cumprindo assim a sua função constitucional.

Esta análise será desenvolvida a partir das peças processuais propostas pelo Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0135334-09.2015.4.02.5005, que tramita na Vara Federal de Colatina – ES, bem como as declarações feitas pelos representantes desta instituição em jornais eletrônicos do Estado do Espírito Santo nos seis meses que sucederam o rompimento da barragem de Fundão e a chegada da lama de rejeitos no município de Colatina-ES.

Como hipótese levantada para o desenvolvimento desta pesquisa: No caso Samarco a atuação do Ministério Público não está em conformidade com o espírito constituinte, mostrando as fragilidades, bem como, a sua transição incompleta no sistema jurídico. Verifica-se desta feita a presença da autonomia da instituição, entretanto não é possível verificar a independência do Parquet na sua atuação nas Ações Cíveis Públicas contra a Samarco Mineração S/A na comarca de Colatina, em que se questionou a captação e a distribuição da água do Rio Doce.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



Esta pesquisa funda no seguinte problema de pesquisa: Em que medida a atuação da instituição jurídica Ministério Público frente ao desastre ambiental no Rio Doce provocado pela mineradora Samarco S/A foi um mecanismo de defesa dos interesses coletivos da população de Colatina – ES? O Ministério Público exerceu a devida autonomia na defesa desses interesses?

PALAVRAS-CHAVE: Ministério Público; Ação Civil Pública; Samarco; Meio Ambiente.

CARVALHO, Rodrigo Badaró. A Esfera Pública no Pensamento Social Brasileiro

O Brasil construiu uma sólida tradição de intelectuais que buscava compreender a realidade política e social do país e de seu povo. Esses pensadores do Brasil ajudaram a construir alguns dos importantes conceitos que até hoje são utilizados para distinguir o nosso lugar no mundo contemporâneo. Ao longo dos anos, diversos autores construíram uma importante crítica a essa tradição de pensamento e embates dos mais diversos se materializaram. Um aspecto, no entanto, tem sido pouco analisado por esses autores: trata-se da dinâmica da esfera pública no Brasil.

Jessé Souza se afirmou anos como um dos mais duros críticos à tradição de pensadores do Brasil que tem em Sérgio Buarque de Holanda o seu ponto de partida. Essa tradição, segundo o próprio Jessé, fora expandida e replicada nas décadas seguintes por diversos outros autores, com destaque para Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. Trata-se de uma tradição que não apenas singulariza o Brasil, tratando o nosso projeto de sociedade como incompatível com as exigências modernas de racionalidade e impessoalidade, mas que também constrói a narrativa do Estado Patrimonial como sendo a origem de todos os problemas brasileiros. Em última análise, Jessé afirma que tal narrativa termina por fortalecer a construção liberal, já hegemônica.

A desconstrução acerca desse aspecto da tradição é realizada, dentre outros autores, pelo próprio Jessé. Ao demonstrar como opera tanto o Mercado como o Estado, bem como os aspectos positivos e negativos que advém dessas instituições, Jessé desconstrói, a um só tempo, a tentativa de idealizar o Mercado como sendo o “reino das virtudes” e também a de demonizar do Estado, apontado tantas vezes como sendo a origem de todos os males que assolam a vida política e econômica brasileira.

É preciso, no entanto, relembrar com Jurgen Habermas que a sociedade moderna possui ao menos mais uma instituição central, cuja dinâmica não fora devidamente abordada na tradição dos intérpretes do Brasil nem tampouco na obra de Jessé Souza: trata-se da Esfera Pública. Compreendida como uma dimensão responsável pela mediação entre Estado e Sociedade, a Esfera Pública ganha importância central para se compreender as experiências democráticas contemporâneas. Na tradição de interpretação do Brasil, porém, essa instituição aparece pouco problematizada, assim como os principais críticos dessa tradição, incluído Jessé Souza, também não têm realizado esforço analítico nesse sentido.

A ausência de esforço significativo por parte dos principais intelectuais do Brasil acerca da Esfera Pública, bem como a pouca atenção dada às diversas mobilizações sociais e lutas por direito na história brasileira, não constituem fato trivial. Ao contrário, parte

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



importante desses autores não apenas ignora os diversos movimentos que se desenvolveram ao longo de nossa história como também faz um resgate histórico no qual denunciam uma ausência de participação e luta social, criando base de sustentação para teses que apontam para a existência de um “Povo em Sono Letárgico”, ou mesmo que compreendem todos os processos políticos nacionais como fruto exclusivo das vontades das elites políticas.

Essa construção histórica certamente não se encontra descolada de uma tradição autoritária que acompanha a experiência histórica brasileira. Ao negar reconhecimento às lutas por direito que atravessam toda a história nacional, termina-se por fomentar uma narrativa que, em última análise, acaba por transformar esse mesmo povo em “débil”, “incapaz”, e que, por isso mesmo, carece que alguém haja em seu nome. Não foram poucas as construções nessa direção no contexto da ditadura civil-militar (1964-1984). Também não parece forçoso dizer que discurso semelhante está presente na realidade política atual brasileira. Nesse sentido, reconhecer essa deficiência na tradição de pensamento político-social brasileira consiste em passo fundamental para se refletir sobre a própria democracia no Brasil de ontem e de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político e Social Brasileiro; Esfera Pública; Mercado; Estado; História.

CARVALHO, Sonia Ferreira Jobim de. A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social de Agostinho Marques Perdigão Malheiros e seu impacto na elaboração da Lei do Ventre Livre

O processo de extinção do sistema escravista no Brasil foi longo e desafiador para a sociedade e seus representantes, totalmente dependente do escravo integrado como peça de engrenagem tanto na organização social quanto no sistema econômico de produção. A análise da trajetória do jurisconsulto Agostinho Marques Perdigão Malheiros mostra as dificuldades e a complexidade deste processo.

Os estudos realizados sobre Perdigão Malheiros tiveram como ponto de partida sua obra *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social* publicada em 1866 / 67, após quatro anos de pesquisa e estudo sobre a legislação escravista –, tornando-se esta, uma obra de referência para jurisconsultos. A obra, tornou-se fundamental contribuição para a compreensão das mudanças sociais que se processavam no Brasil. Destaca-se neste trabalho, o ano de 1871 quando se deu a votação da Lei do Ventre Livre e o período entre 1869 / 72 e 1875 / 78, que correspondem a sua atuação na Câmara dos Deputados quando exerceu a deputação geral em duas legislaturas por Minas Gerais.

Apesar de ter se tornado um especialista em legislação escravista, de ter discursado e atuado em favor destas mudanças, Perdigão foi preterido pelo imperador na tarefa de elaborar o projeto de emancipação, que o governo tomara para si. Outras ocasiões revelam que a família Perdigão Malheiros, tradicionalmente a serviço da família real portuguesa, foi preterida em situações de fundamental importância.

Ao entrar na arena política, ele pôs à prova seu respeito e credibilidade, em um universo que acreditava serem necessários somente sua ética, dedicação e conhecimentos

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



profissionais para servir o país. Seu livro, presenteado por A. C. Tavares Bastos a um membro da Sociedade Francesa anti-escravidão pode ter causado impacto no Brasil a partir da comunidade europeia que reconheceu a importância e relevância da obra no processo de extinção da escravidão no país.

Através de sua trajetória parlamentar e dos seus embates no parlamento, pudemos perceber as manobras palacianas para aprovar leis, como a do ventre livre, em detrimento dos impactos e consequências para a população escravizada e a sociedade em geral.

Após revisão historiográfica de alguns pontos em que sua atuação recebeu severas críticas, mostramos novos argumentos que justificam seus posicionamentos frente à questão da escravidão, de forma a mostrar que as críticas que lhe foram imputadas não foram legítimas. Nesse contexto mostramos as dificuldades de um país, nações em construção onde se carecia de uma legislação própria e que refletisse a realidade interna e como os representantes do Legislativo e Executivo enfrentaram este desafio.

Palavras-chave: escravidão – direitos – ventre livre – parlamento brasileiro

COGO, Guilherme. Vânia Bambirra: uma "intelectual pública" na periferia

Este trabalho elege uma intelectual fundamental na elaboração da Teoria Marxista da Dependência (TMD): uma mulher, Vânia Bambirra (1940-2015), cientista política brasileira que se graduou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), caracterizou-se pelo perfil de “intelectual pública” e, ao lado de homens como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, formulou a Teoria Marxista da Dependência (TMD) a fim de elucidar os processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, no caso, na América Latina.

Bambirra, foi uma intelectual de densa produção acadêmica associada a uma forte militância política. Interessa examinar as “estruturas de sentimentos”, nos termos de Raymond Williams (2011) da geração de Vânia no exílio latino-americano, de modo a se investigar alguns momentos exemplares e suas condições culturais (objetivas/materiais) que permitiram a emergência de um pensamento anti-hegemônico, a Teoria da Dependência Marxista, de cuja elaboração a personagem participou: a) a fundação da Polop no Brasil; b) a construção de uma via socialista democrática no Chile de Allende. Aliam-se aqui pesquisa bibliográfica e histórico-documental para se esboçar a história da intelectual pública cujo nome é projetado na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual Público; América Latina; Vânia Bambirra; Teoria da Dependência.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



COSTA, Hilton. Não sejais vós o que lhe desejam que sejam

A obra Retrato em Branco e Negro, 1987, é o primeiro livro de Lilia K. M. Schwarcz, resultado de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (UNICAMP), esta obra pode ser posicionada ao lado de um conjunto maior de pesquisas que, em grande medida, construíram outros rumos para os estudos sobre a população negra no Brasil. A intenção do presente trabalho é se constituir em uma primeira incursão, parte de um esforço maior, em compreender como a autora construiu sua análise das relações raciais no Brasil, uma vez que ela é, na atualidade, referência fundamental a este tipo de estudo. Abordagem metodológica adotada é baseada nas considerações de Pierre Bourdieu acerca do contexto de produção do conhecimento, bem como em John Pocock acerca do vocabulário normativo de um momento dado. Para este trabalho além da obra Retrato em Branco e Negro foram observados os artigos publicados pela autora entre o referido texto e o lançamento de O espetáculo das raças em 1993.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social; Relações Raciais; Lilia Schwarcz

DALLA BERNARDINA, Milena. A Origem do Judiciário Brasileiro

Acredita-se haver no Brasil uma crise de representação político-partidária, na qual os agentes que possuem cargos eletivos advogam em prol de interesses individuais e partidários, esquecendo os coletivos. Essa provável crise é mais um fundamento desse fenômeno. Entende-se que a esfera judicial não está corrompida pelo processo eleitoral, uma vez que os seus integrantes ascendem na carreira através de uma meritocracia, tal fato proporciona mais credibilidade a sua atuação. Diante desses novos fenômenos políticos, nasce uma ideologia que ratifica esses entendimentos, o Judiciário, que defende o discurso no qual o judiciário é tido como a salvação para os males da política brasileira. Os defensores dessas concepções acreditam que promotores e juizes devem proteger a sociedade em face das atuações corruptas dos agentes políticos eleitos, que desviam verbas do tesouro público para satisfazer as suas necessidades pessoais. Apesar dessas novas modalidades de participação política estarem presentes na realidade do nosso país, elas não nasceram aqui, foram transplantadas para interior do território nacional. Isso ocorreu durante a estruturação do Poder Judiciário após a Proclamação da República, quando Rui Barbosa elaborou a Constituição Federal de 1891, ao lado de outros juristas da época. Esse estudioso era um profundo conhecedor das normas jurídicas americanas, bem como de seu sistema federativo, da separação dos poderes e da Suprema Corte. Ele achava interessantíssimo o fato de o “*checks and balances*” ser entregue ao tribunal, formado por um colegiado de magistrados, cuja principal função era a guarda da Lei Suprema do Estado. Dessa forma, identificava que a Corte Americana era um tribunal político, que interferia nas demais esferas, quando acionada para sanar uma lesão no corpo normativo constitucional. Assim, ao conceber o texto da nossa Carta Magna, introduziu todas essas concepções no ordenamento jurídico.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



PALAVRAS-CHAVE: Judiciarismo, Separação, Poderes, República, Constituição

DOMINGUES, Mauro. A Sociologia na imprensa carioca do início do século XX: o Jornal do Brasil (1900-1919)

O presente artigo corresponde a um estudo exploratório acerca das referências feitas à Sociologia na imprensa carioca do início do século XX, tendo como corpo de evidência as edições do Jornal do Brasil publicadas entre os anos de 1900 e 1919. Através da análise de conteúdo, pretende-se mostrar que ao longo das duas primeiras décadas do século XX a Sociologia passou a ser crescentemente utilizada como forma de interpretação da realidade social do país e internacional, incorporando-se ainda que de maneira embrionária e amadora teorias e argumentos sociológicos à reflexão cotidiana do carioca antes mesmo do surgimento dos primeiros cursos formadores na área, que só viriam a surgir na década de 1930.

O método de pesquisa utilizado é o da análise de conteúdo, pela quantificação da ocorrência dos termos “Sociologia” e “sociólogo” nas publicações do jornal no período, de modo a verificar a hipótese da intensificação dessas ocorrências ao longo do período, e pela identificação das ideias, temas, problemas, obras e autores com os quais esses termos aparecem associados de modo a verificar a diversificação do uso das ideias sociológicas pelo jornal.

A hipótese é a de que é possível observar na imprensa carioca das décadas de 1900 e 1910 a progressiva incorporação de ideias sociológicas na interpretação da realidade social brasileira e internacional, que se deu tanto na intensificação da referência a ideias, obras e autores do campo da Sociologia, como na diversificação de temas e problemas para os quais se lança mão dessas ideias.

Palavras-Chaves: Imprensa, Sociologia, Rio de Janeiro, pré-Modernismo, análise de conteúdo.

FELIPPE, Eduardo Ferraz. Anacronismo em dois tempos, 1964 e 2016

O objetivo dessa comunicação é propor uma leitura do ensaio “Cultura e política (1964-1969)” de Roberto Schwarz como intuito de analisar o que considera a impropriedade do anacronismo na Tropicália. Tenciono entender suas acusações e ataques ao anacronismo por meio de sua recusa do neo-dadaísmo tropicalista e suas fórmulas, acusadas de “poderem ser utilizadas de formas diferentes em diversos espaços-tempos”. Schwarz acusa que uma fórmula “igualmente aplicável ao século XIX argentino” expressa uma inadequação aos anos vividos de ditadura militar no Brasil. Parto do juízo do autor de que os *ready-mades* do mundo patriarcal propostos por Caetano Veloso utilizam o anacronismo unicamente como “reconciliação indecorosa” com o poder, ainda que não estetizada, para entender os usos do anacronismo nos anos de chumbo a partir do ensaio de Schwarz. O uso de teóricos contemporâneos como Hal Foster, a respeito de Dadá, ou

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



de toda a obra de Didi-Huberman, ao lidar com a correlação entre imagem e memória, são um caminho para destacar as limitações das afirmativas de Schwarz acerca do anacronismo. Trata-se, contudo, de não apenas apontar as limitações da leitura de Schwarz, mas de discutir alguns aspectos da relação com o tempo, e sua impureza, em momentos de suspensão de direitos civis. Além disso, ao analisar sua leitura do anacronismo tenciono perceber o entendimento das possibilidades do anacrônico ao propor a utilização de alguns dos seus recursos que desafiam perfis mais comuns da disciplina histórica e de uma crítica literária que se pauta na relação dialética entre forma literária e processo social. Especialmente busco outros autores que deliberadamente utilizaram o anacronismo e o correlacionaram com o problema da memória e da mistura com o autobiográfico na crítica da cultura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Anacronismo; crítica literária; Tropicália; Schwarz; memória.

GIRELLI, Luciana S. Mídia e clima político: estudo de caso sobre os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff

Objetivou-se compreender como os discursos de ódio foram construídos no período anterior ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, mediante a atuação da mídia, o que contribuiu para um clima político de intolerância no país. Analisou-se a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal *O Globo*, aos domingos, em período anterior à votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados. Concluiu-se que os discursos de ódio são fruto da interseccionalidade de fatores estruturais e históricos presentes na gênese da sociedade brasileira em consonância com uma conjuntura peculiar, com forte atuação da mídia e do poder Judiciário em nome de uma “moralização” da política e de uma luta anticorrupção.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos de ódio - mídia - impeachment de Dilma Rousseff - crise moral – corrupção.

HASHIZUME, Maurício - Do ‘sentido da colonização’ ao ‘sentido do colonialismo’: uma chave analítica descolonial do capitalismo periférico no Brasil

Ao propor uma leitura da formação do Brasil a partir de um quadro formado por séculos de atividade colonizadora comandada por europeus que impuseram uma nova ordem de funções, interligações e hierarquizações do mundo a partir do século XV (“sentido da colonização”), Caio Prado Jr. deu um passo importante, ainda que fundamentalmente preso a aspectos econômicos, a um olhar no qual a questão colonial se coloca no centro do pensamento social brasileiro. É certo que diversos aspectos dessa centralidade colonial já tinham sido pincelados (nos mais variados sentidos) por correntes intelectuais que o antecederam, tanto dentro do campo marxista (com pensadores como José Carlos Mariátegui e seu “socialismo indo-americano” com base na realidade peruana) como a do movimento intelectual antropofágico da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo,

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



e as elaborações em torno do ‘regime da economia patriarcal’ e do mito da democracia racial presente nas obras de Gilberto Freyre. Ocorre que, com o contributo do “sentido da colonização”, Prado Jr. de certo modo inspirou a abertura de uma série (também heterogênea) de reflexões subseqüentes a partir da “periferia” do sistema capitalista: desde a CEPAL ao ISEB, de Florestan Fernandes e sua “escola paulista de sociologia” às variadas ramificações da teoria da dependência. Para efeito de síntese, duas elaborações de relevo de Francisco de Oliveira (“Crítica da razão dualista”, de 1972, e “O ornitorrinco”, de 2003) - que segundo o próprio autor muito tem a ver com a produção coletiva do CEBRAP - serão mobilizadas para a proposição de uma nova chave analítica descolonial do capitalismo periférico no Brasil: o “sentido do colonialismo”. De acordo com essa chave, a questão a ser enfocada e melhor compreendida não é propriamente a junção entre o arcaico e o novo fundado em novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, nem tampouco as características do “ornitorrinco”, um animal peculiar dotado de traços aparentemente dissonantes. Este último seria composto por um quadro demográfico altamente concentrado nos meios urbanos, com reduzida força de trabalho e população no campo (supostamente marcada por “nenhum resíduo pré-capitalista” e pela intensa influência do agronegócio), acompanhado de um setor industrial desenvolvido e avançado (inclusive nos segmentos digitais e altamente tecnológicos) e de uma estrutura de serviços (responsável por uma absorção cada vez mais crescente de mão-de-obra) diversificada, quando ligada aos estratos de altas rendas, e ainda bastante rudimentar, quando voltada às camadas mais pobres. Esse quadro “anormal” seria complementado, segundo a interpretação de Oliveira daquele início da década de 2000, por um sistema financeiro responsável por participação relativamente alta no Produto Interno Bruto (PIB), mas com reduzida disponibilização de créditos bancários. Em diálogo com as reflexões e proposições relacionadas com as “epistemologias do Sul” (em particular da emergência das lutas dos movimentos indígenas), o “sentido do colonialismo” propõe um sentido outro de análise que contesta a própria ideia de “revolução burguesa clássica” - aquela que teria ocorrido “em todos os níveis em todos os planos”, por não fazer parte de “nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital de que necessitavam para sua expansão” nos contextos dos países “centrais” - que ocupa o centro das reflexões de toda uma longa produção intelectual crítica a partir dos trópicos. O questionamento desta matriz abissal de modelo de desenvolvimento do capitalismo, que encobre/produz como não-existente todo o processo material e simbólico do colonialismo e do patriarcado, é colocado como fundamento desta chave analítica. O “sentido do colonialismo”, como processo contínuo e constituinte do capitalismo, não só não vê a “revolução burguesa” no Brasil como algo anômalo, como também entende a violência e a apropriação, ou seja, a dominação via coerção, como elementos fulcrais para o funcionamento das engrenagens da acumulação (não só econômica, mas também política, em consonância com as investidas recentes de Jessé Souza contra o “patrimonialismo”) no sistema hegemônico conectado pelos profundos laços, por exemplo, da escravidão, da superexploração do trabalho e da espoliação de vidas humanas e não-humanas do Sul metafórico.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Colonialismo, Marxismos periféricos, Crítica descolonial, Epistemologias do Sul

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



HELAYEL, Karim - Uma sociologia histórico-comparada em formação: os primeiros passos de Fernando Henrique Cardoso

Esta proposta de trabalho se debruçará sobre os primeiros trabalhos do então jovem sociólogo Fernando Henrique Cardoso, referentes ao momento no qual ainda se encontrava vinculado à Cadeira de Sociologia I da USP, atuando como assistente e orientando de Florestan Fernandes. Mais especificamente, a ênfase da reflexão recairá sobre as suas primeiras resenhas e artigos acadêmicos publicados ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, textos nos quais já podemos entrever a constituição de uma perspectiva sociológica que se vale fortemente da história e da comparação enquanto recursos teóricos heurísticos.

A hipótese que se pretende avançar ao analisar os primeiros artigos de Cardoso é a de que a sua sociologia histórico-comparada teria se constituído mediante um processo de construção intelectual cumulativo que parece ter complexificado paulatinamente o uso da história e da comparação para a formulação de suas proposições. Ou seja, em seus primeiros trabalhos, tais recursos já se mostram presentes, permitindo-lhe estabelecer com maior precisão as diferenças e os matizes existentes entre experiências sociais distintas, algo que se afigura patente, por exemplo, em seus textos sobre as condições histórico-sociais que informaram o processo de industrialização de São Paulo, cujo contraste com o desenvolvimento da indústria nos países centrais assume papel decisivo. Por meio de uma visão mais panorâmica de parte de sua obra, podemos detectar que em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) - fruto de sua tese de doutoramento - a mobilização da comparação constitui movimento decisivo para precisar os limites da produção escravocrata das charqueadas no Rio Grande do Sul, os quais residiriam na concorrência com a região do Prata, cuja produção se encontraria baseada no trabalho livre. Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), a história e a comparação, bem como a ênfase nas especificidades, também figuram decisivamente na tessitura de sua sociologia. Podemos citar como exemplo as críticas de Cardoso aos modelos aprioristicamente delineados que tomam o desenvolvimento dos países de capitalismo originário como padrão, não observando a dinâmica própria do processo que aqui se sucedia. Cardoso procura construir sociológica e historicizadamente as problemáticas do empresariado urbano-industrial e do desenvolvimento, contrapondo-se a teses que, na sua interpretação, padeceriam de um caráter ahistórico, como aquelas veiculadas pelo PCB, que enxergariam na burguesia industrial brasileira um protagonista para a consecução de uma revolução democrático-burguesa, contrapondo-se ao imperialismo e ao latifúndio. Tal movimento parece reforçar o êxito de sua sociologia histórica no que diz respeito ao plano do diagnóstico sobre a particularidade do processo de desenvolvimento no Brasil e no que se refere ao papel de coadjuvante desempenhado pelo empresariado urbano-industrial brasileiro em relação ao capital estrangeiro. E, como ponto de chegada de sua sociologia histórico-comparada, temos *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), texto em que a história e a comparação jogam papéis decisivos para que Cardoso e Enzo Faletto qualifiquem o impacto dos tipos de inserção periférica dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, destacando as especificidades dos diferentes países da região. Contribuição essa que

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



lograria desdobramentos em Política e desenvolvimento em sociedades dependentes (1971), trabalho solo de Cardoso, no qual o seu olhar se dirige para as ideologias que interpelariam os empresariados brasileiro e argentino, bem como para as diferenças entre os processos de desenvolvimento de dois países cuja inserção dependente teria se dado com base no controle nacional do sistema produtivo.

Sistematizando, seu trabalho com maior repercussão dentro e fora do universo acadêmico, o livro Dependência e desenvolvimento na América Latina, escrito entre os anos 1966-1967, com a colaboração do intelectual chileno Enzo Faletto, teria radicalizado, a meu ver, os papéis da história e da comparação na construção de suas formulações a respeito das especificidades do desenvolvimento econômico dos distintos países latino-americanos. Já em seus primeiros trabalhos, quando ainda fazia parte da Cadeira I, tais recursos são mobilizados por Cardoso de modo a reter as especificidades dos processos histórico-sociais analisados, ainda que não dispo de radicalidade com que são utilizados em Dependência e desenvolvimento. Acredito, portanto, que sua perspectiva sociológica histórico-comparada possa ser pensada em seu caráter cumulativo, indo desde os seus primeiros artigos, anteriores à sua tese de doutoramento, e tendo como ponto de chegada a elaboração teórico-metodológica apresentada em Dependência e desenvolvimento na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Fernando Henrique Cardoso; sociologia histórica; pensamento social brasileiro; comparação; teoria da dependência.

LEMOS, Carolyne. Violência contra o negro: democracia racial x racismo velado

A violência é crescente no Brasil, principalmente na periferia das grandes cidades, onde frequentemente encontram-se pessoas com baixa escolaridade e renda. O número de homicídios, embora tenha diminuído em algumas regiões, ainda é considerado elevado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que, dentre outros aspectos, constatou que o número de homens jovens negros assassinados, entre 2005 e 2015, aumentou 18%, enquanto que o de jovens brancos caiu 12%. Este dado corrobora com os números apontados pelo último relatório (2014) do Mapa da Violência, fundamentado no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, que afirma que 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados todos os anos no país. Esta realidade parece ir de encontro com a polêmica e por vezes renegada democracia racial, defendida por Gilberto Freyre, que em seus escritos desenhou um processo de abolição da escravatura harmonioso, um país sem preconceito racial, onde a “raça” não impede o desenvolvimento profissional e social do indivíduo. Diferentemente de Freyre, Florestan Fernandes argumentava que o racismo no Brasil era mais pernicioso, pois era velado e, por isso mais difícil de ser tratado e, por conseguinte superado. Além disso, esse tipo de racismo associado (ou como fator causador) a escassez de oportunidades de desenvolvimento que acompanha o negro desde a abolição da escravatura contribui para a desigualdade social entre brancos e negros. Ressalta-se que este posicionamento de Fernandes foi consolidado na década de 1950 com a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a colaboração de vários estudiosos, como Roger Bastide, na qual foi observado que o negro não conta com as mesmas oportunidades profissionais e sociais do branco. Todavia, esta pesquisa teve seus resultados questionados, inclusive metodologicamente. Por outro lado, percebe-se que Florestan Fernandes opõe-se frontalmente a existência de uma democracia racial no Brasil, contrapondo-se a um dos mais renomados sociólogos do país (Gilberto Freyre), fato que motivou uma reflexão mais detalhada sobre este tema, tendo em vista a necessidade primaz da compreensão e eventual tomada de decisão que possa contribuir para a redução da violência contra estes brasileiros. Deste modo, formula-se como objetivo deste estudo: analisar os argumentos defendidos por Florestan Fernandes/Bastide (1959) e Gilberto Freyre (2003) diante da constatação do alto índice de homicídios que atinge os negros no Brasil. Para tanto, o presente artigo traz uma pesquisa descritiva analítica, fundada em dados coletados por meio da técnica bibliográfica. Assim, foram consultados, além das obras de Gilberto Freyre – Casa Grande e Senzala (2003) e entrevistas – e de Florestan Fernandes - A Integração do Negro na Sociedade de Classes (2008); O Mito Revelado (2003); e outras –, autores que debruçam sobre a questão da existência, ou não, da democracia racial, bem como documentos elaborados pela mídia e por entidades que buscam fortalecer a identidade do negro no país. Estes dados foram ordenados através do método dedutivo e analisados em conformidade a abordagem qualitativa. Como resultado deste estudo espera-se encontrar subsídios que fortaleçam de maneira mais substancial os dois pontos de vista para que, deste modo, seja possível compreender e equacionar o problema da visível violência que assola estes brasileiros.

Palavras-chave: Negro. Violência. Democracia racial. Racismo velado. Desigualdade social.

LODO, Lucia “Mudar para ficar igual”: as duas destruições de Canudos a luz das reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz

As reflexões que Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1972) realizou são centrais para um trabalho que almeja analisar as duas destruições de Canudos e as justificativas estatais para tanto. Já que a autora se debruçou sobre a realidade nacional, dando ênfase às singularidades sociais e políticas no país (REZENDE, 2007). Pois, a partir do reconhecimento da existência de particularidades, especificidades locais, regionais e nacionais, a cientista social em questão, buscou entender o significado das ações que estimulam as mudanças sociais.

As reflexões teóricas sobre mudança social são importantes nessa reflexão, pois problematiza a noção de progresso e de desenvolvimento (econômico e ou social). Desta forma, as reflexões sobre processos de mudanças sociais serão utilizadas para se pensar a justificativa do progresso, que possivelmente pode ter sido responsável pelas duas destruições à cidade de Canudos.

Importante salientar que se trata de um tipo estudo acerca de uma determinada comunidade rural, tradicional e com ligações direta com a sociedade brasileira. Um modo específico de organização social que já foi denominado, diante ao Brasil moderno, como

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



resistências culturais à mudança. Para Queiroz, é necessário levar em consideração as relações estabelecidas entre este tipo de vida social e outros grupos sociais. O elemento definidor das populações rústicas não estaria no isolamento, e sim na relativa independência econômica, por viverem de uma economia de subsistência, para o seu próprio consumo, ou participarem de forma complementar tanto da economia monocultora quanto da economia urbana do país. Determinadas formas de interação com os núcleos urbanos poderiam gerar maior isolamento dos sertanejos, acarretando situações de miséria e exclusão social (LIMA, 2011). Daí a razão da existência de uma sociologia dos grupos rurais.

Palavras-chave: mudança social, Maria Isaura Pereira de Queiroz, realidade social brasileira, canudos, destruições

LOPES, Jayme - Energia elétrica e os rearranjos do capitalismo no Brasil: entre crises, contextos históricos de longa duração e instituições estaduais

Segundo Charlie Tilly em *Coerção, Capital e Estados Europeus* (1996), todas as variadas intervenções coletivas em uma sociedade, tais como questões de justiça social, a economia e serviços públicos - como a energia -, podem ser classificados como resultados de imbrólios e de barganhas políticas que somente se tornam possíveis a partir do momento onde os governantes - e sua agência - são confrontados com novos imperativos políticos, o que implica na mobilização de novos recursos como a própria coerção e o capital. Ainda segundo Tilly, o estado moderno se forma com base em fortes alianças entre grupos de poder político e econômico, em um esquema de mútuo favorecimento e exploração conjunta. Neste sentido, a energia, em todo século XX, foi um dos processos chave tanto de mobilização de capital quanto de reconfigurações e aliança entre monopólios políticos e econômicos. Para Timothy Mitchell em *Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil* (2011), o fornecimento constantemente acelerado de energia alterou as relações humanas no espaço e no tempo de forma a permitir novas formas de política de massa.

É por este caminho que no Brasil da década de 60, o governador capixaba Carlos Lindemberg (PSD), enfatizava a necessidade de novos recursos para a instalação do sistema elétrico estadual, principalmente para a consolidação do planejamento econômico do Espírito Santo da época, em mensagem ele diz: “O progresso da Escelsa está ligado ao progresso do Espírito Santo de modo constante e indissolúvel: são dois organismos em simbiose”. A Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A nasceria assim efetivamente em 1968, com a fusão com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica) em um contexto de incapacidade de atendimento ao consumo por parte da CCBFE e um plano de industrialização estadual, baseado no Plano de Metas (1956 a 1961). Tal política estadual, contudo, não estava descolada de um contexto nacional maior principalmente a partir de 1930, que envolvia a consolidação de um novo momento político e de sobre maneira, a um ciclo de um nascente capitalismo industrial Brasileiro.

Décadas antes da construção da Escelsa, o crack da bolsa de Nova Iorque e a consequente crise da agricultura do café de 1929, reforçaram a tendência de mudança na economia e

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



na sociedade Brasileira, contribuindo sobretudo para a eclosão de deslocamentos de poder. Criando condições a partir de 1930, no plano econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores e industrial, que se materializaram no estado novo. Estes aparelhos, organizados nas estruturas centrais de um estado – urbano - nascente e das políticas nacionais passaram, a levar em consideração o contexto nacional, criando novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. Esse movimento conjunto de formação das estruturas econômicas centralizadas no estado e do processo de constituição do capitalismo industrial, estão profundamente enraizados nas forças sociais de transformação deste momento histórico.

É daí até 1960, que os debates sobre o setor da energia elétrica capixaba se intensificam principalmente, quando a oferecida pela CCBFE nas principais regiões urbanas, domiciliares e fabris de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim eram insuficientes para sustentar o crescimento da demanda. Aliado a isso, se da início aos planos de implementação da Companhia Vale do Rio Doce, Cia. Ferro e Aço de Vitória na região da Grande Vitória. Na conjuntura política e econômica nacional forçava o estado a construir um planejamento do desenvolvimento econômico privilegiando os investimentos em infraestrutura energética. Se torna presente a participação popular e da imprensa na pressão contra as deficiências no fornecimento de energia. Tanto a política capixaba, quanto boa parte da população, acreditam de pleno acordo que a CCBFE era incapaz investir o necessário para melhorar o sistema, o que vai ter papel importante na consolidação do projeto da ESCELSA.

Este trabalho como parte das pesquisas para minha qualificação para meu doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio, busca agregar ao debate sobre o papel da energia elétrica no Brasil moderno, abordando, uma discussão a respeito da importância das instituições estaduais do setor elétrico para os rearranjos de um capitalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Energia Elétrica, Escelsa, Industrialismo, Capitalismo, Modernização

MERLO, Hugo - O excesso como elemento constituinte da brasilidade no Retrato do Brasil (1928), de Paulo Prado

No primeiro capítulo de seu *Desenvolvimento e Cultura: O Problema do Estetismo no Brasil* (1963), Mario Vieira de Mello defende que o rápido desenvolvimento técnico, a inserção das nações de segunda ordem no jogo geopolítico global por ocasião da Segunda Grande Guerra e a conseqüente realização do destino histórico de jovens nações teriam acarretado em uma inflexão substancial nas expectativas dos intelectuais brasileiros. Se três décadas antes da publicação de seu texto, a noção de *país novo* – de que o nosso futuro, como nação, era aberto e promissor – orientava o horizonte futuro da inteligência nacional, agora, na década de 60, a noção de país subdesenvolvido – de futuro não-promissor – era preponderante. Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (1987) e *Literatura e subdesenvolvimento* (1989), parte da reflexão do diplomata conservador

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



brasileiro para revisar a cronologia literária nacional do século XX em dois momentos: aquele de consciência amena do atraso e aquele de consciência catastrófica do atraso. Candido também postula que por volta de 1930 uma inversão fundamental de signo marca profundamente a literatura latino-americana; deixa-se de enfatizar a *sobra* e o *excesso* (por exemplo, como na associação romântica entre grandeza territorial e potencial cultural) e passa-se a enfatizar o que *falta*. É o signo da *falta*, portanto, que teria caracterizado a produção literária e pensamento social nacionais a partir da década de 1930 – inclusos aí as obras da tríade de interpretes do Brasil, eleitos por Candido no prefácio de *Raízes do Brasil*, de 1969: o próprio *Raízes* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. Dito isto, esta comunicação objetiva recuperar o *excesso* como possível chave narrativa fundamental na literatura e pensamento social brasileiros a partir do estudo do ensaio historiográfico de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), obra que analisamos em nossa dissertação de mestrado e que acreditamos dever ser interpretada a partir da *sobra*, não em oposição à *falta*, mas em uma relação simbiótica com a mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento social brasileiro, Modernismo, Retrato do Brasil – Paulo Prado, Excesso, Falta;

MIRANDA, Ricardo - A voz de Marx na cabeça de Florestan Fernandes

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995) publicou mais de cinquenta livros buscando retratar sua interpretação da sociedade brasileira, abordando variadas questões tais como a situação do negro, educação, mudanças sociais e sociedade de classes no Brasil, capitalismo, burguesia brasileira, poder, revolução, entre outros temas. Seu pensamento dialoga com vários autores nacionais como Silvio Romero, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Euclides da Cunha, abordando o passado e o presente para descrever as transformações da nossa sociedade. Em suas pesquisas também estão presentes pensadores internacionais como Spencer, Comte, Durkheim, Marx, Weber, Mannheim, Parsons, Merton e Marcuse. Em que pese a variedade de pensadores presentes nas obras de Florestan Fernandes, ele sempre apresentou suas ideias de forma original, desenvolvendo uma sociologia crítica no Brasil. Contudo, é perceptível uma forte influência de Karl Marx nos manuscritos do sociólogo brasileiro. Categorias marcantes nas obras de Marx também estão presentes nas obras de Florestan Fernandes e indicam uma interpretação da sociedade brasileira a partir dessas categorias. Desse modo, quando o sociólogo brasileiro fala de divisão de classes, dominação política e econômica, capitalismo, burguesia, práxis, revolução, fica nítida a presença do pensamento de Marx na elaboração de uma reflexão crítica da sociedade brasileira. O intuito de entender a formação do nosso País, descrever os antagonismos sociais e apresentar um projeto de mudanças, toma como base categorias marxistas. O presente artigo visa compreender a influência das ideias de Marx no pensamento social brasileiro de Florestan Fernandes identificando as similitudes e originalidades na compreensão da realidade social do Brasil.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



PALAVRAS-CHAVE: Florestan Fernandes; Karl Marx; Pensamento Social Brasileiro; Sociedade de Classes; Revolução Burguesa.

MONTEIRO, Adriano. Imagens e Estéticas Raciais: a contribuição do pensamento de Guerreiro Ramos para o Cinema Negro brasileiro

Reconhecendo o nosso entusiasmo, é possível especular que um outro Brasil está sendo forjado nas telas do cinema brasileiro. Diante do horizonte é possível observar um outro cenário na produção audiovisual nacional. Claro, que esta constatação carece de um aprofundamento analítico e reflexivo da produção fílmica contemporânea nacional – são planos para uma pesquisa próxima. Entretanto, o que é fato constatado: nunca na história do Cinema Brasileiro temos assistido uma produção tão pujante de realizadores negros e negras. Deste modo, para iniciar esse debate o presente artigo visa se debruçar sobre as reflexões sobre as relações raciais elaboradas pelo sociólogo negro e baiano Alberto Guerreiro Ramos. Sua vasta e profunda análises sobre a sociedade brasileira e sua relação na dimensão racial apontam, ao nosso ver, para contribuições preciosas para pensarmos este movimento, como alguns defendem, ou categorias, como outros, chamado Cinema Negro. Tal manifestação cultural se constitui dentro cenário recente dentro do campo audiovisual brasileiro. Outrossim, provocando importantes questões a respeito da representação do negro em produções cinematográficas, bem como narrativas e estéticas de ruptura, isto é, imagens raciais que se estabelecem em oposição a uma estética e narrativa eurocêntrica consolidada no cinema brasileiro e mundial. Pretendemos com este trabalho analisar o cenário atual do cinema de autoria negra no Brasil e refletiremos sobre as principais questões em torno da relação negro-cinema. Esta seção fará incursões em pressupostos já desenvolvidos sobre uma estética cinematográfica negra para descrever seu rendimento nas atuais propostas de um “Cinema Negro”. No segundo momento, refletir sobre conceitos como “negro-vida” e “negro-tema”, assim como também, “Negro desde Dentro” que podem contribuir para uma amadurecimento no debate de um Cinema Negro brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema Negro; Estéticas; Narrativas; Negro; Brancura; Representação.

MONTEIRO, Rhadson Rezende; ASSIS, Cristina Ferreira. Democracia, esfera pública e as redes sociais no Brasil: da racionalidade comunicativa ao discurso de ódio

A liberdade de expressão basilar, da democracia no Brasil e o advento da sociedade de redes preconizadas por Bauman, tornou as relações fluidas. A internet e as redes oportunizaram o surgimento e de um novo espaço que permite o debate e a troca de ideias, um “não lugar”, não físico, que por sua natureza, potencialmente, permite a troca de conhecimento e informação. Esse espaço, ainda que privado, tem característica próximas esfera pública habermasiana, contudo o cenário posto e por vezes da difusão da ignorância

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



e do discurso de ódio. Umberto Eco, em entrevista dada em 2015 afirmava que usamos a rede para buscar grupos que reforcem nossas convicções, nos isolamos nesses grupos e, por conseguinte, nos isolamos em nossas convicções, mesmo aquelas que são ficções. Essa comunicação pretende justamente analisar esse feito, sobre a ótica da polarização dos discursos políticos no Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Internet; Esfera Pública; Política.

MOREIRA, Marclin Felix - Visões da Modernidade no Brasil em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

O presente trabalho busca estabelecer um encontro entre as obras de Gilberto Freyre (“Sobrados e Mucambos”) e de Florestan Fernandes (“A Revolução Burguesa no Brasil”), e destacar suas aproximações e distanciamentos no que concerne à análise e interpretação que fazem do processo de ingresso da modernidade no Brasil.

Esse encontro é observado a partir da contribuição de Einsenstadt, que ao pensar os movimentos mundiais de difusão da modernidade, embora em outra quadra histórica, desenvolve uma perspectiva que destaca a singularidade de cada caso, oferecendo-nos, assim, um bom ângulo para acompanhar as interpretações de nossos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Política; Tradição; Mudança; Modernidade.

MOURA, Pollyanna Paganoto. Colonialismo e dependência: a perspectiva do subdesenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado e Caio Prado Jr

Celso Furtado e Caio Prado do Jr. foram dois grandes teóricos brasileiros que buscaram estudar a temática do subdesenvolvimento e traduzi-la para o conjunto da sociedade em busca de transformá-la. Ao contraporem as teorias de desenvolvimento então hegemônicas, os dois autores lançam interpretações únicas para qualificar a economia brasileira. Críticos à tentativa de enquadrar a realidade dentro de determinados modelos de análise, ambos têm o mérito de construir teorias que modificam a forma até então apresentada para se pensar as sociedades ditas subdesenvolvidas.

Nesse sentido esse artigo tem o objetivo de compreender a lógica do subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado e Caio Prado Junior. Mais ainda, buscaremos encontrar nesses autores quais seriam os condicionantes da formação das sociedades subdesenvolvidas buscando responder a seguinte questão: Quais os obstáculos que impedem as nações periféricas do capitalismo, no caso o Brasil, de alcançarem o padrão de desenvolvimento observado no centro do sistema capitalista?

Notaremos que embora adviessem de arcabouços teóricos distintos – Celso Furtado da corrente cepalina/estruturalista e Caio Prado marxista – os dois autores possuem relativa compatibilidade de suas leituras sobre a inserção brasileira no mercado mundial e a necessidade da construção de uma teoria com poder explicativo para essa realidade. Isso esclarece porque os mesmos foram fortes contestadores das teses hegemônicas que

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



sugeriam ser o modelo de desenvolvimento assumido pelos países centrais, fruto de um caminho no qual as economias subdesenvolvidas necessariamente alcançariam.

Furtado e Prado viram não somente que esse pensamento era equivocado, como o mesmo reforçava a situação subordinada que o Brasil se encontrava. Se o subdesenvolvimento era percebido por possuir uma lógica autônoma, na visão de Furtado, a mesma remetia à herança funesta de seu passado colonial, para Caio Prado. A partir desse reconhecimento, ambos os autores vêm apontar as dificuldades encontradas pelas economias dependentes em compatibilizar a incorporação de um progresso econômico capaz de integrar o conjunto da população em uma forma de desenvolvimento igualitária.

Perceberemos que, por diferentes ângulos, os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento nas economias dependentes relacionam-se à falta de autonomia da economia nacional e à ausência de um mercado interno capaz de animar o processo de desenvolvimento. Mais que isso, veremos em Furtado que nas formações subdesenvolvidas, em virtude de sua severa dependência tecnológica, as mudanças de base econômica estariam sendo guiadas pela ideologia do centro hegemônico do capitalismo de modo a constituir uma subordinação cultural. O mimetismo dos processos de produção do centro viria, em conjunto com o mimetismo cultural, ampliando com isso a profundidade e alargamento da dependência.

Já, de acordo com o pensamento de Caio Prado, será possível argumentar que o modelo de industrialização seguido pelo Brasil e outros países da América Latina reacenderiam as contradições vivas de seu passado colonial, que persistem incrustadas na sociedade bloqueando a concretização de um projeto de desenvolvimento sob bases nacionais.

Portanto ao procurar mimetizar o modelo de desenvolvimento seguido pelas economias centrais, o Brasil estaria cada vez mais preso à sua lógica dependente, para Furtado, e mais distante ainda estaria, na visão de Prado, de nos constituirmos enquanto nação, isto é, livres da necessidade de uma subordinação econômica digna de colônias. Em virtude disso, se nossa cultura reflete os padrões de desenvolvimento das economias centrais, tornando cada vez mais distante o rompimento de nossa relação dependente, isso se daria porque ainda hoje não nos livramos dos laços de nosso passado colonial. Por isso uma leitura do subdesenvolvimento sob a perspectiva desses dois autores tem muito a contribuir para o estudo da sociedade brasileira assim como daquelas latino-americanas.

Palavras-Chave: subdesenvolvimento; Celso Furtado; Caio Prado Junior.

OLIVEIRA, Allysson. Sociedade, Estado e Direito em Oliveira Vianna.

O presente trabalho almeja contribuir para a compreensão do pensamento de Oliveira Vianna, mormente, a inter-relação entre as concepções de sociedade, Estado e Direito do autor, das quais decorrem a noção de “democracia corporativa”. Para tanto, de início, apresentou-se, de forma sucinta, a biografia do autor, suas principais obras, a relação entre autor e seu ambiente sócio-político, e algumas de suas referências intelectuais. Partindo de sua interpretação acerca da formação sócio-histórica brasileira, analisou-se o tema do insolidarismo social, suas causas, e, principalmente, suas consequências, quais sejam, a ausência de organizações da sociedade civil e de senso de cidadania. Em assim sendo, o

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



desenvolvimento da sociedade brasileira se deu tendo como categoria chave o clã, de modo que os chefes locais eram vistos como protetores, como garantidores de direitos, ao mesmo tempo que exerciam seu arbítrio perseguindo inimigos políticos. Assim se formou a psicologia do homem brasileiro, carente, portanto, da constante tutela de um senhor. A fim de superar a arbitrariedade dos potentados locais, Vianna defende a instituição de um poder centralizado, único impermeável à influência dos caudilhos locais, e, desta feita, capaz de garantir direitos e liberdades fundamentais. A esse respeito, aliás, Vianna advogava a importância da autonomia do Poder Judiciário frente aos poderes Executivo e Legislativo. Somente um Judiciário livre e apartado das disputas políticas poderia garantir direitos e liberdades civis. A partir de sua análise da formação histórica brasileira, isto é, do “Brasil real”, Vianna critica a adoção, pelos chamados “idealistas utópicos”, de instituições exógenas, que, por não encontrarem em solo brasileiro o substrato histórico-cultural necessário ao seu sucesso, malograram. Destarte, o descompasso entre Brasil real e Brasil legal seria origem do fracasso das instituições jurídico-políticas brasileiras, como o federalismo, o *self-government*, o sufrágio universal, os partidos políticos, o Parlamento, em suma, as instituições da democracia liberal. Neste ponto, Vianna argumenta que o sucesso do regime democrático está condicionado à organização da opinião, ou seja, à presença de sociedade civil organizada, caso da Inglaterra e EUA. O Brasil, ao contrário, estaria no grupo das democracias sem opinião organizada, em virtude da ausência de organização da sociedade civil. Diante deste quadro, Vianna pugna por romper a distância existente entre direito-lei (instituições político jurídicas, como o Parlamento, federalismo, sufrágio universal etc) e o direito-costume (tradições, costumes do povo-massa). Para tanto, ele constrói dois modelos, um de sociedade e outro de Estado, que se verão concretizados na sua “democracia corporativa”. Aqui, surge uma categoria-chave da obra vianniana: as corporações. Estas, estatais ou civis, organizariam a sociedade civil, representando cada um de seus setores, amparadas por suporte técnico. Elas poderiam expedir regulamentos normativos (com força de lei), a fim de regulamentar determinada matéria relativa à vida sócio-econômica. Decerto, as corporações assumiriam o papel de representação outrora desempenhado pelos decadentes parlamentos e partidos políticos. Seriam o canal de comunicação entre povo e Estado, mediarão a relação entre país real e país legal. Seu Estado corporativo, de caráter autoritário, foi acusado de fascista, crítica que Vianna rechaçou alegando que diversas democracias liberais, como os EUA, valiam-se do expediente das corporações com verdadeiros poderes legislativos. Não menos controversa é sua maneira de pensar o direito. Contrapondo-se à chamada Escola Clássica, caracterizada pelo apego aos métodos literal e gramatical de interpretação, olvidando-se, na esteira de Kelsen, de tudo o que é metajurídico, Vianna pugna pelo abandono do formalismo jurídico em favor do método sociológico defendido pelo realismo jurídico norte-americano. Trata-se de processo hermenêutico de natureza eminentemente política, sendo a Constituição entendida como um instrumento a ser manejado com vistas a atender a finalidades públicas, isto é, o sentido da norma constitucional deveria ser buscado nas necessidades apresentadas pelo mundo do ser. Por certo, é patente a incompatibilidade de muitas das teses viannianas com o paradigma do Estado Democrático de Direito, fato que, por si só, justifica o estudo aprofundado do pensamento do autor, um dos principais artífices do

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



pensamento autoritário-conservador brasileiro, de modo a compreender e refutar, na raiz, as bases do autoritarismo na cultura política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: corporativismo; Estado Corporativo; Democracia Corporativa; Positivismo sociológico.

PAOLILLO, Lucas; PIVA, Anderson. Sérgio Milliet e o marxismo: correspondências e contradições.

Sérgio Milliet da Costa e Silva (1898-1966) foi um intelectual da primeira geração modernista de presença marcante na vida pública paulistana durante a primeira metade do século XX. Participou discretamente da Semana de Arte Moderna de 1922; envolveu-se com o Partido Democrático e casou-se com a irmã de Paulo Duarte, quadro político influente desse partido. Atuou na institucionalização e gestão da Escola Livre de Sociologia e Política, do Departamento de Cultura do Município – do qual foi chefe de duas seções – e do Museu de Arte Moderna, instituições naturais do Estado e do Município de São Paulo. Além disso, estimulou a organização de órgãos de representação de classe voltados para o trabalho artístico e intelectual como a Associação Brasileira de Escritores e a Associação Brasileira de Críticos de Arte, e produziu uma obra plural composta por romances, poemas, traduções, pinturas e ensaios relativos à crítica de arte e literatura. Também compôs trabalhos de teor sociológico, influenciado pela metodologia que a Escola Livre de Sociologia e Política implementou com raiz na Sociologia de Chicago, e pelo ensaísmo, próprio ao pensamento social da época, mas com uma específica influência de Montaigne, do qual foi tradutor. Tornou-se uma referência para outros participantes da Semana por compartilhar contatos e novidades culturais europeias e também para os jovens da revista *Clima* que, vendo nele um antecessor com preocupações comuns e acessível ao diálogo, chamavam-no de homem-ponte. Apesar da pluralidade de sua obra e trajetória, ficou conhecido majoritariamente como crítico de arte devido a forma como sua trajetória foi assimilada pela produção acadêmica, a qual ainda tem a ver o possível reconhecimento das contribuições e contradições contidas nas múltiplas facetas de seu pensamento. Tendo estudado na Suíça, sua juventude foi marcada pela convivência com círculos de intelectuais críticos à Primeira Guerra Mundial exilados em Genebra, o que favoreceu o cultivo de valores identificados como social-democráticos próximos ao liberalismo político que o acompanharam ao decorrer de sua vida. Levando em consideração a trajetória e o contexto histórico no qual viveu, o presente artigo pretende compreender os principais pontos relativos a interpretação e crítica do autor ao pensamento identificado por ele como "marxista" ou "comunista", de forma a compreender os principais argumentos que utilizou para definir-se e afastar-se da corrente em questão, marcada no contexto brasileiro pelas intervenções do Partido Comunista. Depois disso, compararemos sua interpretação sobre essa tradição com possíveis correspondências presentes na obra de Marx e Engels. Essa operação, de caráter comparativo, pretende situar a forma como o pensamento do autor operava tendo em vista a correlação entre o que ele compreendia ser a identidade desse pensamento com a tradição do pensamento em questão, averiguando a distância ou proximidade de tais

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



asserções com os fundamentos da sua matriz teórica. Desta forma, o presente trabalho oferece elementos para a compreensão da recepção que o marxismo possuiu para um representante do pensamento liberal paulista da primeira metade do século, o que é capaz de oferecer perspectivas interessantes tanto para ao conhecimento e sistematização do pensamento de Milliet, como para a correspondência entre o “espantalho” teórico da tradição comunista de então, isto é, da recepção dele pelo autor, com seus fundamentos, o que pode garantir novos nexos para a compreensão de tal tradição no seu contexto brasileiro. Tendo em vista tais objetivos, foram selecionadas, majoritariamente, passagens das obras de Milliet correlatas ao tema discutido e, frente a elas, trechos das obras de Marx e Engels que fornecessem aos assuntos correlatos uma possível fonte de averiguação para tais correspondências. Essa proposta foi aliada à devida contextualização das vicissitudes históricas em questão, tendo em vista as transformações diacrônicas das épocas como também as questões presentes em suas disputas sincrônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Milliet; marxismo; liberalismo; pensamento social no Brasil.

PINHEIRO, Priscila Tinelli Pinheiro; XAVIER, Bruno Gadelha. A linguagem do cidadão e a linguagem da Constituição: problemas na definição do termo

O artigo em tela apresenta um debate inserido no campo da epistemologia social brasileira, a partir de uma faceta que reconhece a linguagem autônoma do campo jurídico para apropriar a noção de uma “textura aberta da linguagem”, que será necessária para a seguinte indagação: afinal, quem é cidadão à luz do texto constitucional? Em termos de objetivos principais do presente, portanto, reconhece-se a necessidade do debate sobre o contexto constitucional e o enfrentamento social, de modo a vislumbrar a capacidade de incidência da categoria em desconstrução. O termo “cidadania” – objeto do presente estudo – não deve ser tomado como um conceito estanque, pois reflete as mudanças sociais no decorrer da história, e, ademais, sofreu, desde o seu surgimento na antiguidade clássica, um processo de incorporação de direitos na lógica burguesa, em especial a partir do momento revolucionário da mesma. No contexto do direito liberal moderno, que acompanha a mutabilidade do sistema de reprodução econômica, o exercício da cidadania, que antes era restrito aos direitos políticos, hoje, engloba também os direitos civis e os sociais. Desta feita, no auxílio da desconstrução do discurso normativo, recorre-se à proposta de Ricardo Lobo Torres (2009) acerca de uma cidadania multidimensional, a qual é reflexo de uma visão ampla dos direitos humanos. Assim, este estudo objetiva analisar o conceito de cidadão a partir da utilização da linguagem natural pelo Direito com base na perspectiva contida na Constituição Federal de 1988, ou seja, pretende-se investigar se o significado conferido ao termo “cidadão” – típico da linguagem comum – foi mantido ao ser incorporado pelo Direito, verificando, a partir de suas ocorrências no texto constitucional de 1988, do tratamento doutrinário acerca da cidadania e das possíveis dimensões assumidas pelo termo. Com uma vertente de pesquisa bibliográfica, propõe-se, então, contribuir com o debate, investigando-se, em última análise, se o antigo

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



conceito de cidadão, o qual restringe o exercício da cidadania aos direitos políticos, atende aos anseios da sociedade moderna.

PALAVRAS-CHAVE: cidadão – linguagem jurídica – cidadania multidimensional – direitos – Constituição Federal de 1988.

REIS, Arthur Ferreira. A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826).

O processo de independência do Brasil foi marcado por um intenso alargamento dos espaços públicos. Entusiasmados pela recém conquistada liberdade de imprensa e conscientes do momento singular na construção da nova nação, diversos redatores iniciaram sua participação na cena pública através de periódicos, panfletos e livros. Nesse contexto, formou-se uma elite intelectual tipicamente brasileira que em seus escritos construiu linguagens políticas, modificou o significado de conceitos e se mobilizou para defender os mais distintos projetos políticos e sociais.

Incluído nesse processo está o redator João Maria da Costa. Comerciante de grosso trato e com um passado ainda obscuro, sabe-se que João Maria construiu uma história no Brasil durante o processo de independência, principalmente na troca de produtos entre o sul do Brasil e a então província da Cisplatina. No início de 1826, João Maria se mudou para o Rio de Janeiro e deu início à publicação de seu primeiro jornal, o *Atalaia da Liberdade*. Publicado em um momento em que o governo de D. Pedro I estava em seu ápice, se destacando na repressão à imprensa e aos opositores políticos, a derrota da Confederação do Equador e o fechamento da Assembleia Constituinte, João Maria não se deixou abalar e participou ativamente da esfera pública fluminense.

Marcado pelo oposicionismo ao ministério então vigente, João Maria fez parte do início da imprensa oposicionista do Primeiro Reinado, que posteriormente vai se dividir entre Moderados e Exaltados. Defendendo o exercício pleno da liberdade pelos cidadãos brasileiros, a abolição imediata da escravidão e até mesmo o início de um governo federalista/republicano no Brasil, João Maria atraiu para si a ira dos governistas e chegou a ser ameaçado fisicamente. Temendo por sua vida, fugiu para a Inglaterra de onde só voltou em 1827 para publicar um novo jornal, *Gazeta do Brasil*. Tendo como base o jornal *Atalaia da Liberdade* e o contexto do Primeiro Reinado, essa pesquisa tem como objetivo central analisar o pensamento político e social de João Maria da Costa, questionando sua opinião sobre o governo imperial brasileiro e tendo como foco central o conceito de liberdade exposto em seu jornal.

Palavras-chave: Imprensa; Primeiro Reinado; Intelectuais; Periódicos; Atalaia da Liberdade; Liberdade.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



RENTE, Renata Santos. A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro

Superando o otimismo patriótico da condição de “país novo” que produziu uma “consciência amena do atraso”, o romance social das décadas de 1930 e 1940 assumiu um tom de denúncia que, segundo Antonio Candido, precedeu “a tomada de consciência dos economistas e políticos”. A ficção desse período, em relação a qual o crítico destaca as obras de cunho regional, teria sido precursora da “consciência do subdesenvolvimento” que se generalizaria a partir dos anos de 1950. Ainda segundo o crítico, não obstante os melhores produtos da ficção brasileira tenham sido urbanos – pois que desprovidos da atitude pitoresca e da ênfase na cor local –, a realidade econômica do subdesenvolvimento “manteria a dimensão regional como objeto vivo”. O realismo social que se esboça na ficção regionalista, em particular no assim chamado “romance do nordeste”, é momento importante que assinala as transformações no tratamento da matéria social brasileira na literatura. Essas transformações não se restringem ao campo literário e ensejam um debate sobre a particularidade da formação nacional e as diferentes interpretações sobre esse processo. Nessa comunicação buscaremos discutir, em diálogo com o texto “Literatura e subdesenvolvimento” de Antonio Candido, e a partir da contribuição de dois autores que tomaram o sertão como matéria, o modo como o dualismo esteve presente nas interpretações sobre a formação do país. Num primeiro momento retomaremos a divisão proposta por Candido para pensar de que maneira o atraso é formulado e interpretado nas produções literárias. A partir dessa retomada, buscaremos discutir o modo como os romances *Grande Sertão: Veredas* (1956) de João Guimarães Rosa e *Essa Terra* (1976) de Antonio Torres expõem a relação contraditória entre atrasado e moderno de modo a oferecer uma perspectiva crítica em relação às interpretações dualistas da formação nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Ficção regionalista; Antonio Candido; Formação nacional; Grande Sertão: Veredas; Essa Terra

ROSA, Pablo Ornelas. Uma cibercartografia política das direitas no Brasil contemporâneo: A importância do pensamento de Olavo de Carvalho

A hipótese proposta nesta pesquisa se fundamenta no argumento de que parte do diagnóstico acerca da história política do Brasil no contexto do processo de redemocratização deste país que passou a ser utilizado por grupos que conformam as chamadas novas direitas brasileiras, composta tanto por neoliberais quanto por neoconservadores e até mesmo monarquistas, se fundamenta nas considerações trazidas por Olavo de Carvalho (2014), sobretudo a partir de seu livro intitulado “A nova era e a revolução cultural”, bem como seus cursos e palestras ministradas através das redes virtuais. Dentre outros objetos empíricos escolhidos para tratar da hipótese apresentada destacamos tanto a observação participante por mim realizada no dia 01 de fevereiro de 2018 no Congresso do Movimento Brasil Livre – MBL intitulado “Fórum: Brasil, para onde estamos indo?”, assim como o episódio 24 do programa “teste do sofá”, apresentado

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



no dia 12 de janeiro de 2018, tendo Flávio Rocha, o proprietário das lojas Riachuelo, como entrevistado. A importância dessa entrevista para a nossa análise se deve pelo fato de que o entrevistado mencionado defende uma perspectiva neoliberal no campo econômico e conservadora do ponto de vista moral, embora a sua narrativa tenha sido construída a partir de interpretações limitadas do ponto de vista da interpretação acadêmica deste campo sobre os distintos “marxismos”. Também é importante destacar que a influência desse autor não se dá necessariamente pela difusão de seus livros, mas principalmente pelos cursos e vídeos que Olavo de Carvalho produz e disponibiliza na internet, principalmente no canal no *youtube*. Fato que nos leva a ponderar acerca dos limites da produção científica e sua difusão para um grande público em um formato exclusivamente textual, em um contexto em que os vídeos estão ganhando mais importância do que os livros em decorrência de certa facilidade de acesso e gratuidade, bem como pela simplificação de questões sociais, políticas e econômicas complexas. Por isso, proponho como metodologia o que estou chamando de cibercartografia política, visando analisar as novas direitas do Brasil em 2018 através de uma construção teórica de inspiração pós-estruturalista e sustentada por meio de uma perspectiva genealógica, mas que foi trazida inicialmente por Fraser Taylor (2014), compreendendo a organização, apresentação, análise e comunicação da informação espacialmente utilizada como referência de um ponto de vista multidisciplinar apresentada de maneira interativa, dinâmica e multisensorial decorrente da utilização de interfaces multimídia e multimodal. Tendo em vista que as sociedades de controle, anunciadas por Deleuze (2008), produziram uma realidade virtual fundamentada naquilo que Rendueles (2016) chamou de ciberfetichismo, uma vez que a difusão de informações produzidas por estratégias marketing substituiu o conteúdo pela forma, partirei de uma perspectiva epistemológica forjada tanto por meio daquilo que Paul Feyerabend (2007) chamou de anarquismo epistemológico quanto pelos saberes sujeitados decorrentes do anti-positivismo presente nas analíticas pós-estruturalistas. Para Feyerabend (2007), a noção de epistemologia está associada à produção de saberes que não devem ser perpassados por uma ciência operada a partir de regras fixas e universais, tendo em vista que elas são irrealistas e perniciosas. Nesse sentido, propomos uma cibercartografia política entendendo que apreensão da realidade deveria se fundamentar em certo pluralismo metodológico baseada nessa perspectiva epistemológica trazida por Feyerabend (2007), já que o contexto de produção de verdades do século XXI se difere radicalmente dos séculos precedentes.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Direitas; Olavo de Carvalho; Cibercartografia; Marxismos.

SANTOS, Carlos Modanês. Denúncia de Trabalho Infantil e a Ineficiência Procedimental do Conselho Tutelar da Região III do Município de Cariacica/ES na sua Eliminação

Milhões de crianças são vítimas de trabalho infantil todos os anos. De acordo com o Ministério Público do Trabalho do ES, somente no ano de 2011, o Estado do Espírito Santo possuía cerca de 90 focos de exploração do trabalho infantil. No ano de 2017, o

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



órgão ministerial em conjunto com o IBGE, constataram que cerca de 50 a 60 mil crianças e adolescentes são vítimas de trabalho infantil no Estado.

O trabalho infantil pode ocorrer de várias formas e nos mais diversos locais, tais como: nos sinais de trânsito, em feiras livres, na zona rural, dentro de coletivos, indústrias, no âmbito doméstico, dentre outros lugares. Pode-se constatar que o trabalho infantil é latente no dia-a-dia da sociedade, mesmo que muitas das vezes passe despercebido.

O trabalho infantil viola diretamente os direitos e garantias do menor, interferindo de maneira prejudicial no seu desenvolvimento físico, emocional e social.

Buscando combater não apenas o trabalho infantil, mas todos os direitos dos menores, o Conselho Tutelar tem o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previstos em Lei.

O Conselho Tutelar possui um papel fundamental no combate e erradicação do trabalho infantil, isto porque, ao receber uma denúncia de exploração, cabe ao Conselho Tutelar averiguar o caso e dentro de sua competência, aplicar as medidas cabíveis no intuito de eliminá-lo.

Contudo, mesmo diante da proteção dos Conselhos Tutelares, somados às políticas públicas de combate e erradicação do trabalho infantil, ainda é possível presenciar essa exploração em nosso cotidiano.

Devido a isso, o presente trabalho tem como escopo apresentar uma análise sobre a ineficiência procedimental adotada pelo Conselho Tutelar na eliminação dos casos de trabalho infantil recebidos. Dessa forma, a pesquisa busca apresentar as deficiências, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo Conselho Tutelar na eliminação das denúncias de trabalho infantil.

Em razão de uma constatação pessoal da existência de uma quantidade considerável de trabalho infantil na região de Campo Grande, que está localizada no Município de Cariacica/ES, a pesquisa foi realizada no Conselho Tutelar da Região III de Cariacica/ES. Essa escolha se deu por dois motivos: primeiro pelo fato desse Conselho ser o responsável pelo atendimento da região mencionada e segundo, por uma opção pessoal de delimitar a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil; Conselho Tutelar; Cariacica/ES; Estudo de Caso; Ineficiência Procedimental.

SANTOS. Henrique. O ovo da serpente chocou? Apontamentos para a atuação docente em tempos de ofensiva conservadora

A ofensiva conservadora brasileira tem ocorrido não apenas no âmbito da sociedade política, mas sobretudo na sociedade civil através dos seus aparelhos privados de hegemonia, de modo que, as instituições de ensino aqui compreendidas como importantes espaços passaram a ser alvo constante de ataques através da censura do livre pensamento e da pluralidade de ideias, assim, de maneira incessante presenciamos a criminalização da atividade docente e a exposição indiscriminada de professores em redes sociais. Fruto deste angustiante quadro é a iniciativa intitulada Escola “sem” Partido, cuja premissa seria a de identificar e acusar supostos professores “doutrinadores”, somente no congresso

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



nacional tramitam onze projetos de lei que tratam desta matéria, há também iniciativas semelhantes em pelo menos 12 estados da federação. Neste caso compreendemos que a referida ação é resultado direto da necessidade urgente da manutenção e ampliação do estágio de exploração ao qual os trabalhadores estão submetidos atualmente, nada tendo a ver portanto com qualquer perspectiva que passe pelo juízo de pluralidade ou mesmo de neutralidade como alardeiam seus ideólogos, trata-se neste caso de uma série de ações pensadas no seio da sociedade civil cujo rebatimento é o de calar vozes dissonantes através da coerção, que neste caso sequer pode ser considerada como uma coerção velada, estabelecendo de forma definitiva uma hegemonia ultraliberal cujos impactos serão sentidos de forma cada vez mais profunda pela população. Todavia, no bojo da iniciativa estão presentes não apenas formas de intimidação junto aqueles que contestam e que proporcionam uma leitura diversa daquela ultraliberal e que hoje domina o noticiário, mas junta-se a esta perspectiva uma verdadeira caça às bruxas que se espraia também para uma suposta “ideologia de gênero” e a defensores dos direitos humanos. Desta forma este trabalho tem como objetivo apontar os desdobramentos desta iniciativa para a atuação docente em Instituições de ensino no Brasil, bem como mostrar as incongruências e contradições desta proposta, apontando para os seus equívocos conceituais e epistemológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Hegemonia; Escola; Conservadorismo; Sociedade-Civil.

SILVA, Alessandro. Nas Fronteiras do Catolicismo: Octávio de Faria e as variedades do pensamento católico brasileiro

Dentre as diversas interpretações produzidas sobre o Brasil estão aquelas levadas adiante pela intelectualidade católica entre as décadas de 1920 e 1940. Tais interpretações disputavam espaço com as demais em vigor no momento. Uma instituição do período que funcionou como aglutinadora e formadora de intelectuais marcados pelo catolicismo foi o Centro Dom Vital. São figuras importantes do Centro autores como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso e Gustavo Corção. Um erro bem comum em pesquisas contemporâneas é tratar o pensamento produzido pelo CDV como sendo marcado por um consenso absoluto. Existiam discordâncias tanto internas ao Centro Dom Vital quanto de outros católicos em relação a ele. Para qualificar bem as divergências internas a essa intelligentsia, um autor bastante útil é Octávio de Faria. Embora hoje seja praticamente desconhecido, ele desfrutou de certo reconhecimento tanto como romancista quanto como ensaísta político. E isso não apenas em círculos católicos. Ele é autor do monumental ciclo de romances chamado Tragédia Burguesa, no qual buscou explicitar a dissolução que, assim acreditava, burguesia tradicional brasileira estava vivenciando. Octávio de Faria era próximo à intelectualidade do Centro Dom Vital, sendo cunhado de Alceu Amoroso Lima, e ao mesmo tempo um escritor católico dissidente tanto do pensamento neotomista quanto do projeto de neocristandade.

A pretensão deste trabalho é, a partir das críticas de Octávio de Faria ao pensamento católico hegemônico em seu círculo intelectual e das respostas que recebeu de Alceu

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



Amoroso Lima e João Camilo de Oliveira Torres, mapear algumas das discussões que norteavam o debate da intelectualidade católica no Brasil da primeira metade do século XX, período no qual tal intelectualidade desfrutou de grande vitalidade e pretendeu disputar, tanto no que tange às discussões estéticas e filosóficas quanto às questões políticas econômicas, o controle dos rumos das mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento católico brasileiro, Octávio de Faria, intelectualidade católica, sociologia da literatura, pensamento social brasileiro

SILVA, CLEBERSON - Abolicionismo permanente na obra de Joaquim Nabuco: um diálogo a partir das políticas afirmativas para população negra

No livro “O Abolicionismo”, Joaquim Nabuco elenca diversos elementos políticos, econômicos e sociais que justificavam o fim da escravização no Brasil, tornando-se, em sua avaliação, o principal fator que limitava o desenvolvimento do país. Além de diagnosticar a realidade social do Brasil no seu período imperial, em diversos trechos de sua obra, notam-se prognósticos sobre as mazelas produzidas por anos de escravização, que, em sua opinião, não se esgotariam apenas com a libertação dos (as) negros (as). Mesmo com o fim desse sistema, segundo o autor, a escravização ainda deixaria, por muitos anos, consequências negativas para toda sociedade brasileira. Por esse motivo, o autor aponta, através dos seus escritos e do seu ativismo parlamentar, para a ideia de um abolicionismo permanente, ou seja, a necessidade de uma intervenção contínua ao longo do tempo nos efeitos produzidos pelo sistema escravocrata. As justificativas defendidas por Nabuco dialogam diretamente com a defesa das políticas afirmativas para população negra no cenário político brasileiro, especialmente no final do século XX. Tendo em vista as reflexões apresentadas, a proposta principal do presente trabalho consiste em realizar possíveis conexões entre as justificativas elencadas por Joaquim Nabuco para necessidade de um abolicionismo permanente e as políticas reivindicadas pelos movimentos sociais negros como respostas ao racismo presente nas relações sociais cotidianas e institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: abolicionismo; Joaquim Nabuco; políticas afirmativas; escravização; movimentos sociais negros.

SILVA, Marcus Vinicius Sant’Ana. Samba, território e identidade. O sentimento de pertencimento dos sambistas da Unidos de Jucutuquara

Este trabalho realiza um estudo geográfico de um movimento cultural e popular do Espírito Santo, o desfile das escolas de samba. Nos propusemos a fazer uma análise de como o indivíduo (nesse caso, o sambista membro de uma escola de samba) faz da sua participação na agremiação uma forma de representar um sentimento de pertencimento ao lugar que habita, seja ele uma rua, um bairro ou município, utilizando como fontes

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



entrevistas realizadas com os referidos membros e os sambas de enredo da agremiação. Como objeto estudo, escolhemos o Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos de Jucutuquara, agremiação sediada no bairro de mesmo nome e que era conhecida no meio do samba por ter dentre seus componentes a maioria de moradores do próprio bairro. Para recorte histórico selecionamos o período entre 1972 e 1991, período este que compreende da fundação do bloco que originou a escola de samba até o último desfile da mesma antes da paralisação do carnaval de Vitória, que só retornou em 1998.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar, Identidade, Samba, Cultura, Escolas de Samba.

SILVA, Matheus Pimenta da. Os discursos da Academia de Letras como (re)invenção de uma tradição política na Primeira República

Em duplo sentido é que compreendemos os discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras; enquanto invenção de uma tradição que se instalava neste espaço de sociabilidade intelectual, a partir de sua fundação em 1897, e como reinvenção de um modelo ou instituição de palavra, conforme Nicole Loraux (1994, p. 11) ao analisar o gênero discursivo da oração fúnebre na pólis ateniense clássica. As relações entre a fundação de uma tradição e sua reapropriação enquanto instituição discursiva formam uma imbricação que nos permite não apenas explorar as especificidades dos discursos de posse e recepção proferidos pelos integrantes da ABL, mas, permite-nos levantar questões e melhor compreender os modos como esses intelectuais apresentavam e se representavam no então modelo republicano durante seus primeiros anos. Intelectuais, como os fundadores Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Rui Barbosa, entre outros, mantiveram, em suas práticas e em sua sociabilidade, uma estreita relação com a política brasileira, seja por um pretenso afastamento crítico, seja pela mais íntima presença e atuação no cenário político. Os discursos e os textos publicados na imprensa são fontes que permitem desenvolver nossa hipótese de que determinados ritos e práticas formaram não apenas uma cultura política na Academia e em torno dela, mas compuseram o processo histórico de formação e estabelecimento, ainda que frágil, do republicanismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; Academia Brasileira de Letras; Discursos; Cultura Política; República.

SILVA, Rodrigo Machado da. A cadeira vazia do Imperador: modulação do tempo nacional e produção de distância histórica nas reconfigurações do passado brasileiro (1870-1900)

Em um ambiente político marcado por grande instabilidade, o final do século XIX brasileiro elucidava como uma das pautas de maior destaque a inércia do Estado Imperial frente ao desenvolvimento social do país. As bases econômicas do escravismo apresentavam um sensível enfraquecimento, provocado por inúmeros fatores, e dentre os

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



mais destacáveis podemos citar a proibição do tráfico, em 1850, a modernização do trabalho no campo, a industrialização, os movimentos de resistência à escravidão e o aumento das populações urbanas. A sociedade naquele momento se complexificava, despertava para a necessidade de um novo dinamismo econômico e político, que não necessariamente era acompanhado pelo sistema político vigente.

Os campos filosóficos, historiográficos e literários também não passavam imunes às transformações do *fin-de-siècle*. O Romantismo, como expressão artística e símbolo da nacionalidade política e cultural brasileira, tornara-se alvo de crítica dos novos setores intelectuais ascendentes. De um lado, acentuava-se o combate contra o *status quo* imperial bem como colocava-se em cheque o possível caráter apolítico da literatura romântica, seu individualismo, subjetivismo e pessimismo. De outro lado, despontava um grande progresso do homem no campo das Ciências, que impulsionava artistas e críticos da arte a voltarem suas atenções para a evolução das formas artísticas, levando em consideração as leis que determinavam suas origens. As ciências naturais tornaram-se paradigmas para se produzir um olhar crítico para a sociedade e para seus símbolos políticos. O povo e o otimismo cada vez mais tomavam lugar de destaque pela intelectualidade brasileira na compreensão de sua contemporaneidade.

O dualismo entre o Cientificismo Humanista e o Romantismo embora tivesse seu embate aberto publicamente através, principalmente, da crítica literária, não se manifestava como evidência de duas formas de ler e narrar o mundo diametralmente opostas. Partindo de ideários reformistas, historiadores e literatos ligados ao Realismo e, sobretudo, ao Naturalismo possuíam a clareza de que o intelectual engajado com as questões políticas e sociais do país deveriam, além das questões estéticas, evidenciar uma análise partindo da observação, de diagnósticos que pudessem, através das letras, propor uma intervenção útil a sociedade e combater, assim, a historiografia e literatura laudatória e subjetiva do Romantismo.

A comunicação que ora propomos, na qual agradecemos profundamente o apoio da **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, da Universidade Federal de Ouro Preto (PROPP/UFOP) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (CAPES) pelo financiamento, tem como objetivo central demonstrar que essa relação é mais complexa do que o quadro maniqueísta que a historiografia tradicional apresenta. Acreditamos que com o ambiente discursivo em profunda expansão no final do Oitocentos, e repleto de possibilidades, permitia que na disputa sobre o passado nacional e projeções para a modernidade, historiadores e literatos mobilizassem aspectos sensíveis e objetivistas de acordo com os efeitos estéticos, políticos, formais e ideológicos que se queria evidenciar em seus textos. A partir desses elementos, a modulação do tempo nacional ganha novo destaque. Através, então, da chave de leitura da Distância Histórica e suas reformulações acerca dos estudos sobre o Tempo podemos lançar vistas a esse problema.

Embora a Distância Histórica possa ser entendida usualmente apenas como um efeito *a priori* no fazer historiográfico que afasta o historiador do fato que ele pretende narrar, compreendemos que a aplicabilidade dessa categoria é mais ampla. A Distância Histórica se manifesta em representações do tempo e não se limita ao estudo historiográfico, mesmo que isso seja muito mais evidente na historiografia. Ela permite que olhemos para a duração em várias direções ao mesmo tempo. Toda narrativa carrega-se de possibilidade

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



de passado e futuro, e o jogo narrativo que se extrai desse olhar múltiplo constitui os efeitos de aproximação ou distanciamento.

Propomos apresentar nesta comunicação, à luz da Distância Histórica, alguns embates sobre o que e como falar sobre a história nacional na segunda metade do século XIX. Autores como Joaquim Nabuco, Olegário Herculano, Silvio Romero e Capistrano de Abreu, entre outros, buscavam, cada um ao seu modo, constituir um projeto para o futuro do passado nacional. Enquanto os dois últimos defendiam categoricamente uma história e literatura a partir das teorias filosóficas cientificistas disponíveis no final do século, os dois primeiros, mesmo com algumas ressalvas, foram marcados pelo fim da monarquia e imputavam às suas escritas um caráter sentimental carregado de tradicionalismo, que embora se configurasse como uma “reação” ao grupo anterior ainda, naquele momento, possuía uma potente voz.

Palavras-chave: História da Historiografia, História da Literatura, Geração de 1870, Distância Histórica, Modulações do Tempo

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro hoje: história e crítica

O presente trabalho visa contemplar a trajetória do conceito (?) Pensamento Social Brasileiro no interior das produções intelectuais que compendiarão e/ou buscaram atualizar a operatividade de tal categoria na recomposição da história brasileira. Neste sentido, irei cotejar os trabalhos teóricos e reflexivos que tomaram o chamado “pensamento social brasileiro” como objeto com algumas perspectivas oriundas da história das ideias, da história dos conceitos e, por fim, da cultura intelectual brasileira a fim de questionar a pertinência de tal noção como instrumento para o estudo da história cultural e intelectual brasileira. Dessa forma, trata-se de uma incursão pelos caminhos teóricos, científicos e metodológicos tomados no século XX em torno de algumas retomadas que se consolidaram como meios comumente aceitos para se definir certos cânones de nomes, temas, objetos e “explicações” que passaram a constituir uma espécie de repertório intelectual obrigatório e proeminente nos estudos culturais sobre o Brasil. Neste sentido, destaca-se aí, especialmente, uma espécie de tradição “científica” dos juízos sobre a história brasileira, suas características estruturais, políticas, culturais e humana. Assim, pergunta-se no século XXI, após tantas viradas epistemológicas relevantes que ocorreram no campo das ciências humanas desde, pelo menos, a segunda metade do século XX, sobre a validade de tal canonização do pensamento social brasileiro que, sob o olhar do presente crítico, precisa justificar teoricamente e epistemologicamente os caminhos que traça na recomposição da “identidade” brasileira a partir de determinados autores, perspectivas e objetos em detrimento de outros, provocando uma “seleção” acerca do passado que não parece se sustentar ou responder às questões hodiernas.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social Brasileiro; Cultura Intelectual; História dos Conceitos; História Intelectual; Teoria da História.

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



TRESOLDI, Maria C.M. Desprovincializando o Brasil: a atualidade de Roberto Schwarz

As diferentes transformações no âmbito nacional e mundial nas últimas décadas exigem a produção de novas fabulações teóricas e diversificadas ferramentas metodológicas para compreender e analisar os fenômenos recentes. Não é possível, contudo, desconhecer os caminhos trilhados pelas interpretações sociais anteriores, não apenas porque temos a sensação, no Brasil, de ter um passado que teima em não passar – como sugerem clássicas e contemporâneas interpretações do e sobre o país –, como também porque as continuidades do pensamento permitem a constituição de um campo de problemas reais que é preciso enfrentar, principalmente em tempos em que o autoritarismo reaparece como mediação das relações sociais e a democracia é colocada em (e como) questão.

Dentre os temas enfrentados pelo pensamento brasileiro (e acrescente-se o pensamento latino-americano), a problemática da “periferia” (ou hoje “semi-periferia”) continua desafiando nossa imaginação sociológica. Seja por um conjunto de problemas sociais que apontam novas formas de dependência, seja por um movimento teórico que procura qualificar o lugar das “margens” para se pensar o pensamento e se produzir teoria social (notadamente estudos agrupados sob a rubrica de “pós-coloniais”, “de-coloniais”, “epistemologia do Sul” etc.), muitos trabalhos recentes da área de pensamento brasileiro têm retomado interpretações vinculadas às “teorias da dependência” (cujos lastros não são dissociados dos debates mais amplos sobre desenvolvimento e modernização). Autores como Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, entre outros, têm sido objetos de constante reflexão. No âmbito da crítica literária e cultural, um dos nomes que mais se destacam é o do crítico Roberto Schwarz, que teceu uma interpretação social do país a partir e por meio da obra de Machado de Assis, demonstrando como o escritor tensiona as relações entre local e universal, nacional e cosmopolita, numa obra que permite uma profunda visão do Brasil Oitocentista – com ecos na contemporaneidade.

A proposta da presente comunicação é retomar alguns dos principais ensaios de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis e sobre outros dilemas da cultura e política brasileiras produzidos ao longo dos últimos 30 anos, reunidos em livros como *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), *Sequências Brasileiras* (1999) e *Martinha versus Lucrecia* (2012). De modo sintético, na leitura do crítico, se na formação nacional a “modernidade” à brasileira ganhou contornos inesperados – marcada por “ambivalências ideológicas” das instituições e elites, e pelo favor como mediação “universal” das relações sociais –, é necessário discutir as mudanças sociais das últimas décadas, cuja tônica do processo parece articular modos “igualmente precários de assalariamento” com antigas relações de propriedade e mando, que “entraram para a nova era sem grandes abalos”.

A partir dessa leitura, busca-se sugerir que a originalidade da crítica de Schwarz é levar em consideração a heterogeneidade da experiência da modernidade, apontando alguns dos limites dos projetos de emancipação – que são desnudados de maneiras perversas no interior do capitalismo qualificado de “periférico”. Em outros termos, circunscreve-se como hipótese que Schwarz constrói um ensaísmo crítico que, ao lidar com dilemas modernos globais a partir de uma das periferias do capitalismo, concorre para qualificar o moderno (e também o “periférico”) a partir de um ponto de vista diferente daqueles

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



formulados no mundo europeu e anglo-saxão. Desse modo, suas reflexões *podem* contribuir para “desprovincializar” o pensamento produzido no Brasil.

Não se trata, é importante notar, de uma crítica que procura homogeneizar as espacialidades ditas “periféricas”, pois as periferias não são homogêneas, passivas e nem fixas, como também não são os “centros”. Trata-se de um exercício crítico que procura puxar fios para pensar os nexos de sentido que conformam (ou reposicionam) o hífen histórico que liga os centros e suas periferias, partindo do reconhecimento de que há assimetrias no tecido da vida social, econômica e intelectual dos países “periféricos” que tendem a ser pouco lembradas no âmbito dos debates sobre a globalização – que, substituindo o Estado-nação pelo “mercado”, produzem uma aparente convergência entre “centros” e “periferias” – e nos estudos sobre a mundialização da cultura – que costumam destacar as aproximações entre culturas e celebrar as “diversidades”.

Em linhas gerais, a comunicação procurará acompanhar alguns dos principais argumentos do crítico, propondo que nas sutilezas da crítica literária temos pistas mais gerais para problematizar questões caras à sociedade brasileira e à teoria social contemporânea.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; literatura e sociedade; capitalismo periférico; pensamento social brasileiro.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. A consciência das classes subalternas nos estudos pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos

O artigo faz referência aos estudos pioneiros das ciências sociais no Brasil dedicados à compreensão do fenômeno do “fanatismo”. Destaca as análises de Nina Rodrigues e Arthur Ramos na tentativa de perscrutar a perspectiva sócio antropológica que embasa as análises subsequentes sobre o tema produzidas no âmbito das ciências sociais por meio do estudo do messianismo. Importa observar que já havia nas primeiros estudos uma preocupação em contextualizar o fanatismo com as condições de reforma e revolução no país, mote que se tornará mais evidente nos estudos posteriores de Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Com a passagem do ensaio à monografia, o enfoque sociológico ganha proeminência sobre o antropológico, o que talvez indique uma mudança de interpretação sobre a significação política que os anseios populares manifestados no fanatismo cumpriam. Nota-se a consolidação de uma certeza reformista que talvez não fosse tão clara nos estudos pioneiros.

Todavia, as abordagens de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, ao reproduzirem os pesados preconceitos raciais e escravagistas da sociedade brasileira do final do século XIX, intuem negativamente a presença de um ideal disruptivo na consciência das classes subalternas. E consideram a necessidade de sua superação por meio de um padrão contestatário mais condizente com o das sociedades ocidentais por tê-lo como um rebaixamento da consciência provocado pela eloquência. Ainda que imprimam este viés etnocêntrico às suas análises, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, com o auxílio da abordagem psicanálise, iluminam o conteúdo subversivo presente na consciência das classes subalternas ao identificarem uma catarse coletiva provocada por uma epidemia de histeria que era expressão de um comunismo igualitarista intuitivo. Mas antecipam a razão reformista por

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



tê-lo como uma decorrência de um infantilismo ou relacioná-lo à fase oral da libido, momento em que os desejos, por procuram pela máxima realização, não podem ser realizados.

O objetivo do artigo é justamente questionar alguns destes axiomas que ajudaram a consolidar a razão reformista no pensamento social brasileiro tendo como referência os estudos pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos e alguns estudos de antropologia clássica. Vale dizer que esta interpretação sobre o fanatismo se reproduz na antropologia que correlaciona o comunismo igualitarista ao pensamento mágico e também na sociologia marxista que o associa ao utopismo. O artigo cumpre as exigências de uma comunicação com número reduzido de páginas, por esta razão, o tema será abordado tendo como referência principal a literatura antropológica clássica.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social Brasileiro; Messianismo; Teoria Antropológica; Sociologia Rural; Teoria Social

WZOREK, Hilton. Cultura e sociedade.

O itinerário reflexivo e bibliográfico do filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002) encontra nos *tópos* da cultura e da sociedade o seu cerne articulador e unificador desde o momento inaugural. O existir simbólico ou cultural constitui, na perspectiva limavaziana, a forma natural da vida humana – sendo inconcebível um estágio não-cultural desta, em sentido próprio. É apenas no espaço cultural, construído pela humanidade, que o sujeito encontra a conjuntura para o florescimento de suas disposições e que pode transcorrer o processo de transmissão de toda riqueza simbólico-material de um povo ao longo das gerações, sobretudo por meio das tradições. Esta transmissão criativa e dinâmica – que engloba normas, preceitos, formas de vida, expressões literárias, manifestações religiosas e artísticas – dispõe a substância que alimenta a vida ética, que, por sua vez, determina-se necessariamente como sociabilidade em razão de ser a abertura ao outro um constitutivo ontológico do ser humano. A sociedade, antecedida pelas esferas pessoal e comunitária, é concebida por Lima Vaz como nível mais elevado da relação intersubjetiva. Este plano do ser-com-os-outros, onde o encontro ocorre pela mediação institucional de natureza político-jurídica, tem na forma democrática sua efetivação mais apropriada. Em sentido pleno, a organização democrática é aquela que apresenta as condições necessárias e suficientes para o processo de realização do sujeito, enquanto dotado de razão e liberdade, em seu viver no universo simbólico da cultura, i. é, em seu existir-em-comum. Justificado isto, Lima Vaz sustenta como ideia geratriz da sociedade democrática a categoria de liberdade participante. Ora, é pela possibilidade e exigência da livre e ativa participação do cidadão nos processos de discussão e decisão sobre a coisa pública que a democracia tanto encontra sua realização como sua sustentação enquanto forma superior de ordenação dos vínculos de sociabilidade. A comunicação proposta tem por escopo explorar esta conceptualização limavaziana dos temas da cultura e da sociedade, bem com a articulação intrínseca entre os dois focos. Para isto, a exposição percorrerá os seguintes tópicos no desenvolvimento do encadeamento argumentativo: (I) a cultura como substância vital de um povo e o espaço natural do ser humano; (II) a sociedade enquanto forma axiológico-política do existir-em-comum; (III) sociedade e

I SEMINÁRIO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Intelectuais, Cultura e Democracia



cultura, faces distintas de uma mesma realidade. Os referenciais teóricos fundamentais para a prossecução desta reflexão são, sobretudo, aqueles desenvolvidos por Lima Vaz nas obras *Filosofia e cultura* (1997) e *Ética e cultura* (1988). A tese unificadora e o fito para o qual deve concorrer a argumentação é a afirmação de que a cultura, como concretização particular do universo simbólico, constitui o lugar próprio da sociedade; a sociedade, por sua vez, compreende o existir-em-comum sob a face normativa intrínseca à própria cultura.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; sociedade; Lima Vaz; democracia; política.

XAVIER, Bruno Gadelha; PINHEIRO, Priscila Tinelli. COTIDIANOS DO ÓDIO: A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E MORAL EM EUGENY BRONISLANOVICH PASHUKANIS E FLORESTAN FERNANDES – PERCEPÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS DAS TROCAS ECONÔMICAS E A QUESTÃO PUNITIVA.

O presente artigo tem como objetivo central a discussão, a partir do contexto da leitura cruzada entre Eugeny Bronislanovich Pashukanis, da obra de Marx, acerca do debate realizado em sua principal obra, denominada “A Teoria Geral do Direito e o Marxismo” (1924), em especial na temática sobre o Direito e a Moral, e os posicionamentos de crítica jurídica brasileira feitos por Florestan Fernandes, e como isto impacta na questão do poder punitivo burguês. Para tanto, utilizou-se uma metodologia bibliográfica com o *close readings* de obras centrais, bem como de textos complementares.

De acordo com a perspectiva inserida na obra em comento, indicou-se que o homem, enquanto sujeito moral, nada mais é do que a condição prévia da troca baseada na lei do valor. Por sua vez, o homem enquanto sujeito de direito, proprietário, representa identicamente a mesma condição. Ambas determinações encontram guarida na noção do homem enquanto sujeito econômico egoísta.

As três determinações acima citadas, em que pesa aparentemente contraditórias e não passíveis de redução umas às outras, revelam o conjunto das condições sumariamente necessárias à realização da relação entre os homens aparece como uma propriedade coisificada, em sede de processo de trabalho. Assim, o sujeito egoísta, o sujeito de direito e a pessoa moral apresentam-se como três máscaras fundamentais pelas quais constitui-se o homem na sociedade de produção e circulação do capital.

Assim, resta a necessidade de interpretação da questão punitiva a partir da proposta do autor, adicionando a questão da moralidade burguesa ao contexto da punição, o que forneceu bases para compreensão não somente da atuação do maquinário inquisitorial brasileiro vigente, bem como dos processos de construção normativa e institucional embriagados na lógica do racismo cotidiano.

Palavras-chave: “Punição”; “Teoria Geral do Direito e o Marxismo”; “Crítica Moral”; “Trocas Econômicas”.